



RELATÓRIO DE GESTÃO 2021

CONCEIÇÃO DA BARRA-ES

Rua Graciano Neves, nº 193, Centro, (na rua do Fórum)
Conceição da Barra - ES | CEP: 29960-000
Email: previcob.previdencia@gmail.com
Telefone: (27) 3762-2217

Sumário

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL.....	4
APRESENTAÇÃO.....	5
DA GESTÃO ADMINISTRATIVA PREVIDENCIÁRIA	7
Da Estrutura organizacional	7
Do Quadro de Pessoal.....	8
Governança Corporativa.....	8
Do Controle Interno.....	9
Plano de Custeio do RPPPS.....	9
Das Reuniões no Exercício de 2021	10
Do Comitê de Investimentos	11
Da Atualização da Base Cadastral dos Segurados Ativos.....	13
Do Recadastramento dos Inativos e Pensionistas.....	13
Principais Ações Realizadas em 2021	14
Metas Priorizadas para 2022	20
DA GESTÃO DE BENEFÍCIOS	23
Plano de Benefícios do RPPS	23
Evolução Histórica dos Benefícios.....	24
108.588,11	26
Da Perícia Médica.....	28
DA GESTÃO DA COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	30
DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL	34
Da Execução Orçamentária e Financeira	34
Das Receitas.....	34
Das Despesas.....	36
Da Execução Financeira.....	38
Da Análise dos Resultados.....	40
Da Execução Patrimonial	40
Ativo Circulante.....	41
Ativo não Circulante	41
Passivo Circulante e não Circulante	42
Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício	43
Da Taxa de Administração	43

A) Base de Cálculo para fins de Limite de Gastos com Despesas Administrativas.....	43
B) Limite de Gastos Administrativos para o Exercício de Referência da PCA	44
C) Despesas Administrativas Realizadas no Exercício de Competência (2020)	44
D) Verificação da Observância do Limite de Gastos Administrativos.....	45
Licitações	46
Contratos.....	47
DA GESTÃO DOS INVESTIMENTOS	48
Política de Investimentos.....	49
Metodologia e Critérios de Avaliação de Riscos	50
Análise da Carteira de Investimentos.....	51
Composição da Carteira de Investimentos	51
Distribuição dos Ativos.....	53
Rentabilidade	54
Evolução do Patrimônio	59
Enquadramento da Carteira de Investimentos / Política de Investimentos.....	60
Enquadramento	60
Segmento Renda Fixa	62
Composição do Segmento (Base 12/2021)	62
Segmento Renda Variável.....	62
Composição do Segmento (Base 12/2021)	62
Risco e Retorno	62
Desempenho dos Investimentos nos Últimos Cinco Anos	65
DA GESTÃO ATUARIAL	69
Base de Dados e Estatísticas	69
Custo Normal.....	69
Patrimônio do Plano.....	70
Despesas do Plano	72
Resultado Atuarial.....	74
Equacionamento do Déficit - Custo Suplementar	75
CONCLUSÃO.....	77

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO

Administrar o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Conceição da Barra, garantindo concessão dos benefícios legalmente previstos aos servidores públicos do município e seus dependentes de direito, sempre com dignidade, respeito, de forma eficiente, transparente, governabilidade e sustentabilidade financeira e atuarial.

VISÃO

Ser referência como Unidade Gestora de Regime Próprio de Previdência a partir de uma gestão humana, técnica, participativa e transparente.

VALORES

- ✓ Moralidade;
- ✓ Melhoria Contínua;
- ✓ Eficiência, Eficácia e Qualidade;
- ✓ Integridade e Responsabilidade Pessoal;
- ✓ Ética e Objetividade;
- ✓ Contribuição ao Desenvolvimento Econômico-social do Município de Conceição da Barra;
- ✓ Respeito aos Segurados, ao Meio Ambiente e à Identidade Organizacional.

META

Garantir a melhoria na capacitação dos gestores e potencializar a rentabilidade para que previsões atuariais se mantenham estáveis e o Instituto saudável.

OBJETIVO

Garantir e assegurar aos segurados e a seus dependentes os meios de subsistência nos eventos de invalidez, doença, idade avançada; e proteção à família.

APRESENTAÇÃO

A previdência social constitui no Brasil, atualmente, tema de elevada importância não só pela finalidade que destina prover, mas também pelo especial momento que atravessa em razão de uma série de fatos ocupando, inclusive, o cerne do debate político nacional, que vão desde a má administração de seus recursos através das sucessivas tentativas de ingerências de agentes políticos, sem o devido conhecimento, ao acentuado envelhecimento da população brasileira, propiciando um número crescente de beneficiários do sistema em detrimento de um número cada vez menor de contribuintes do mesmo. Daí, pois, a recente aprovação da Reforma da Previdência, através de Emenda Constitucional 103/2019, além das inúmeras ações governamentais no sentido de se lhe emprestar uma nova feição constitucional e infraconstitucional constitui-se como uma boia de salvação, pelo menos, para os próximos 10 anos.

No que tange ao regime próprio de previdência municipal quando bem administrado, é de grande valia e importância para os municípios e seus servidores, pois agrega valor à economia municipal.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE CONCEIÇÃO DA BARRA – PREVICOB, sempre teve como objetivo contribuir com a expansão, fortalecimento e aperfeiçoamento da previdência dos servidores públicos municipais, e ainda, dá grande importância à gestão responsável para aplicação das políticas previdenciárias e suas vantagens para o servidor, quanto para o ente federativo.

O presente Relatório de Gestão tem como peça instrumental de prestação de contas, para atender o disposto na Instrução Normativa nº 43, TCEES de 05 de dezembro de 2017, que determina o envio de dados e informações, com expressa referência à execução orçamentária, financeira e patrimonial.

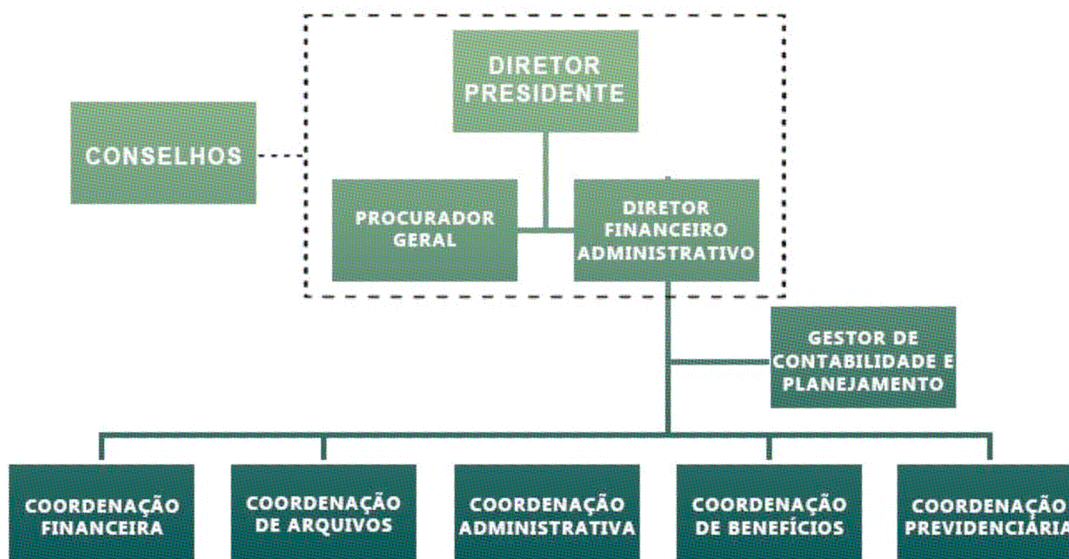
As informações contidas no relatório demonstrarão dados administrativos, atuariais, investimentos e gerenciais relacionados à gestão previdenciária do exercício de 2021 comparado com cenários sobre os resultados das gestões passadas recentes, como, da taxa de administração, desempenho da evolução patrimonial, mudança de filosofia na gestão, evolução da massa de segurados, além, claro, das informações orçamentárias, financeiras e patrimoniais do regime em formatos padronizados pelos órgãos de controle.

DA GESTÃO ADMINISTRATIVA PREVIDENCIÁRIA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE CONCEIÇÃO DA BARRA – PREVICOB foi criado pela Lei Complementar nº 01 de 20 de março de 2002, posteriormente reestruturado pela Lei Complementar Municipal 10/2006, de 18 de março de 2006, cuja finalidade essencial é gerir o Regime Próprio de Previdência Social do Município, especialmente quanto à gestão de recursos utilizando as melhores técnicas com o objetivo de preservação dos recursos e operacionalização das normas previdenciárias, visando garantir o pagamento de benefícios previdenciários aos segurados do Regime Próprio e a seus dependentes, abrangendo os servidores da Câmara de Vereadores e da Prefeitura de Municipal de Conceição da Barra.

Da Estrutura organizacional

A estrutura técnico-administrativa organizacional do PREVICOB compõe-se dos seguintes órgãos: Diretoria Executiva, composta por um Diretor Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e um Procurador; Conselho de Administração; Conselho Fiscal; e, Junta de Recursos. O funcionamento efetivo está estruturado conforme organograma.



Do Quadro de Pessoal

O quadro de pessoal do PREVICOB é formado por 13 colaboradores, com atribuições descritas nas Leis Complementares do município números 10/2006, 28/2012, 42/2017 e 46/2018 abaixo descritos:

CARGOS	CRIADOS	OCUPADOS
EFETIVOS	09	00
COMISSIONADOS	05	05
CONTRATADOS	04	04
CEDIDOS	-	01
TOTAL	18	10

Por definição legal os cargos de Diretoria, no total de 03 (três), não constam da tabela acima por serem custeados pelos cofres da municipalidade.

Governança Corporativa

Podem-se classificar algumas das práticas de governança corporativa que nortearão esta gestão, por meio dos princípios discriminados:

PRINCÍPIOS	PRÁTICAS
EQUIDADE	Tratamento igualitário entre todos os colaboradores e demais partes interessadas.
PRESTAÇÃO DE CONTAS	Os agentes da governança devem assumir as consequências de seus atos e omissões.
TRANSPARÊNCIA	Algo imprescindível para criar confiança interna e externa. É o autêntico desejo de informar fatos positivos ou negativos, sem restrições.
RESPONSABILIDADE CORPORATIVA	Zelar pela sustentabilidade da organização, visando à longevidade e incorporando definições de ordens social e ambiental.

Do Controle Interno

O Controle Interno do RPPS de Conceição da Barra é realizado pela Controladoria Geral do Município (CGM), nomeado pelo Prefeito Municipal, sendo composta e conduzida por um servidor efetivo nomeado em cargo comissionado, e os demais servidores do quadro de pessoal são majoritariamente cargos comissionados.

A regulamentação da Controladoria Geral do Município se dá através da Lei Complementar Municipal nº 27 de 26 de janeiro de 2012, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 52/2018, cujo controle é sobre toda a Administração Pública Municipal, ou seja, não só da administração direta, mas também da indireta, no caso, das autarquias municipais.

Desde então, esta Autarquia vem sendo acompanhada e orientada por este órgão de controle, com eficiência e eficácia na mais estrita observância da legislação.

Plano de Custeio do RPPPS

As alíquotas de contribuição previstas para o ente estável, os servidores ativos, inativos e os pensionistas, atualmente obedecem aos limites estabelecidos no Artigo 41 da LCM 10/2006 e alterações posteriores, especialmente a LCM 54/2019 e LCM 59/2020.

Os percentuais de contribuição no RPPS de Conceição da Barra atualmente em vigor, conforme estabelecidos acima, são os seguintes:

- 14% para os servidores ativos, incidentes sobre a respectiva remuneração de contribuição;
- 14% para os servidores inativos e pensionistas, incidentes sobre a parcela do benefício que excede ao teto do INSS;

- 14,55% para o município, incidentes sobre a respectiva remuneração de contribuição dos servidores ativos, a título de contribuição normal.

A definição de Salário de Contribuição está prevista na Lei Complementar 54/2019 que altera a Lei Complementar 10/2006, disponível no site institucional.

Das Reuniões no Exercício de 2021

O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal do RPPS de Conceição da Barra realizam suas reuniões conforme cronograma pré-estabelecido, que na forma exigida pela Portaria MPS nº 440, de 09 de outubro de 2013, é divulgado nos meios de comunicação local e disponibilizado no site oficial do PREVICOB <http://www.previcob.es.gov.br>, informado as datas, horário e locais de realização delas.

No decorrer do ano de 2021, houve reuniões dos órgãos de deliberação colegiada, a saber, Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Onde as atas dessas reuniões encontram-se disponíveis no endereço: <http://www.previcob.es.gov.br>

A seguir evidenciamos as principais deliberações realizadas pelos Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal em suas reuniões.

Das Reuniões Conselho de Administração

Conselho de Administração – Atuou principalmente no monitoramento da gestão do PREVICOB, acompanhado/aprovação dos temas relativos ao cálculo atuarial, investimentos, regularidade previdenciária, dentre outros temas, e podemos destacar a aprovação da política de Investimentos para o Exercício de 2022.

Das Reuniões Conselho Fiscal

Conselho Fiscal – Atuou principalmente no monitoramento e na verificação dos processos de despesa, no controle do limite da taxa de administração e nos processos de ressarcimento de despesas, dentre outros, visando à emissão do Parecer Conclusivo sobre a Prestação de Contas que será encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

Das Reuniões de Diretoria Executiva

Destacamos ainda, as reuniões realizadas pela Diretoria Executiva, que também são divulgadas na forma exigida pela portaria MPS nº 440, de 09 de outubro de 2013.

Nestas, estão contempladas a formação de conceitos para dirimir os temas conflitantes do cotidiano da gestão do Instituto e, ainda a participação nas estratégias de aplicação de recursos na busca do melhor desempenho possível, como pode ser verificado no mesmo endereço acima citado, ou seja, <http://www.previcob.es.gov.br>.

Do Comitê de Investimentos

Os recursos financeiros dos regimes próprios de previdência social devem ser corretamente aplicados para contribuir com o equilíbrio financeiro e atuarial do regime. Em função disso, o Banco Central do Brasil editou a Resolução nº 3922/2010, com adequações nas Resoluções n.º 4.392/14, 4.604/17, 4.695/18 que regulamentam as possibilidades de os regimes próprios de previdência investirem seus recursos e em que parâmetros.

Para os gestores dos RPPS, responsáveis pela gestão dos recursos, existe ainda a certificação concedida pela APIMEC e ou ANBIMA denominadas CGRPPS. Para conseguir essa certificação, o servidor interessado deverá prestar uma prova em uma dessas entidades e atingir o percentual de acertos estipulado para poder receber a certificação. Para fazer a prova, o servidor deverá inscrever-se em uma das entidades acima referidas, pagar a taxa de inscrição e comparecer na data agendada para prestar a prova. Além disso, o servidor certificado tem que proceder a atualização a cada três ou cinco anos, dependendo da normatização da entidade certificadora.

A partir de janeiro de 2015 todo o RPPS, independente de valor de recursos que possuam aplicados no mercado financeiro, deverá ter, no mínimo, a maioria dos membros do comitê de investimentos certificados por uma das certificações disponíveis pelas entidades certificadoras. Pode ser certificado CPA-10 ou CPA-20. Assim sendo seguem abaixo nossos membros, nomeados pela Portaria nº 63 de 30 de janeiro de 2019:

NOME: GERALDO CARDOZO BANDEIRA

END: Rua João Manoel da Fonseca, 69, Bairro – Marcílio Dias II, Formação: Superior Incompleto – Certificação CPA 10 Vencimento: 16/12/2018 TEL: 27 99757-7216.

E-MAIL: Geraldo.bandeira@gmail.com

NOME: ALEX DA SILVA MOURA

END: Rua Rosa, 39, QD 12, Bairro Floresta, FORMAÇÃO: Superior.

TEL: 27 99707-5322 - E-MAIL: alexpmcb@yahoo.com.br

NOME: FABRICIO SIQUARA GONÇALVES

END: Rua 22, 22, Bairro Guaxindiba – Formação: Nível Médio – Certificação CPA -10.

Vencimento: 23/11/2020 TEL: 27 99893-9847 - E-mail: fabriciosg13@gmail.com

Das reuniões do Comitê de Investimentos

O Comitê de Investimentos do RPPS de Conceição da Barra faz suas reuniões bimestrais ou extraordinárias, as quais seguem um cronograma pré-estabelecido, que na forma exigida pela Portaria MPS nº 440, de 09 de outubro de 2013, é divulgado nos meios de comunicação local e disponibilizado no site oficial do <http://www.previcob.es.gov.br>, informando as datas, horário e locais de realização delas.

Da Atualização da Base Cadastral dos Segurados Ativos

A base cadastral dos servidores efetivos ativos, segurados pelo PREVICOB, foi totalmente atualizada no exercício de 2018, após realização do Censo Previdenciário instituído pelo Decreto Municipal nº 5011/2018, dispõe sobre os procedimentos para realização do Censo Cadastral Previdenciário dos Servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Administração Direta e Indireta do Poder executivo, do Poder Legislativo, Autarquias e Fundações vinculadas ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de Conceição da Barra.

Conforme Lei Complementar nº 10/2006, a periodicidade do Recenseamento será de cinco anos. A realização periódica do recenseamento previdenciário ou recadastramento é uma obrigação legal (artigos 3º e 9º, II da Lei 10.887/2004). Compete ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Conceição da Barra – PREVICOB – manter as informações previdenciárias dos servidores municipais atualizadas e compatíveis com a base de dados gerida pelo Ministério da Previdência Social.

Do Recadastramento dos Inativos e Pensionistas

O Recadastramento trata-se de atualização de dados do Regime Próprio de Previdência Social, englobando seus segurados: servidores efetivos, inativos (aposentados), pensionistas e seus dependentes, com informações pessoais dos servidores e ou segurados, como: Nome, CPF, Data de nascimento, Endereço, Raça, dependentes dentre outros; sendo subdividido em dois grandes grupos: funcional e financeiro.

O Recadastramento Funcional engloba atualização do histórico funcional dos servidores, como: cargo ocupado, data de admissão, vínculos anteriores com o INSS ou outros regimes próprios, benefícios concedidos, data de concessão, ato concessório, dentre outros. Enquanto o recadastramento financeiro envolve

atualização da base remuneratória de contribuição dos servidores desde julho/1994, se o ingresso no serviço público for anterior a esta, ou data de admissão se posterior, até o presente momento.

Conforme legislação o recadastramento é realizado anualmente, sempre no mês de aniversário, onde é exigido do aposentado e pensionista, que obtiverem o seu benefício concedido até o dia 31 de dezembro do exercício anterior, o comparecimento do PREVICOB para realizar a Prova de vida. Trata-se de um procedimento administrativo obrigatório e presencial que visa evitar pagamentos indevidos de benefícios, além de atualizar os dados cadastrais dos benefícios. No ato da Prova de vida, o beneficiário apresenta um documento de identidade legalmente aceito e comprovante de residência recente.

Excepcionalmente nos anos 2020/2021, em função da pandemia covid-19, foram suspensas as realizações de prova de vida com intuito preservar a integridade física e saúde dos segurados.

Principais Ações Realizadas em 2021

Processos administrativos e judiciais

Foram abertos 752 processos administrativos, nos quais destacamos os de: aposentadoria, requerimento para benefício de pensão por morte, intimações/notificações/mandados judiciais, perícia médica; solicitação de compra de materiais e/ou serviços e, solicitações diversas.

Treinamento

O treinamento e a capacitação de servidores e conselheiros, bem como dos próprios diretores, é um dos principais investimentos e um compromisso estratégico da atual Diretoria Executiva. Em 2021, houve capacitações, numa quantidade aquém da esperada, em participações em cursos, palestras, seminários e congressos. Ainda

Assim, evidenciamos a participação em cursos, congressos e treinamento dos Membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração, os Membros do Comitê de Investimentos e servidores do Instituto.

Resoluções/Portarias

Em 2021 foram elaboradas e publicadas 49 Portarias e Resoluções, versando sobre matéria administrativa e previdenciária. Essas e todas as demais normativas encontram-se disponíveis no endereço eletrônico: <http://www.previcob.es.gov.br>

Revisão do Plano de Amortização do Déficit Técnico

A fim de garantir a sustentabilidade do RPPS de Conceição da Barra e o equilíbrio financeiro-atuarial exigido pela constituição Federal, o Município através da Lei Complementar nº 54/2019 e Decreto do Executivo Municipal nº 5383/2020, de 23/12/2020, revisou o Plano de Amortização do Déficit Técnico Atuarial, abordado em detalhe no capítulo que trata da Gestão Atuarial.

Reestruturação e Modernização do Modelo de Gestão com Substituição de Sistemas

- **Sistema de Gestão Previdenciária**

Em 2019 o PREVICOB contratou, por processo de licitação, iniciou a implantação e consolidou em 2020 o funcionamento de um novo Sistema de Gestão Previdenciária. A empresa é uma das mais conceituadas em desenvolvimento de sistema para gestão previdenciária em todo o Brasil, e desenvolveu um software de gestão previdenciária completo e integrado, capaz de atender as distintas funcionalidades executadas pelo PREVICOB e que nos ajuda a potencializar resultados e agilizar os processos do dia a dia, através de tecnologias automatizadas, fornecendo insumos para a tomada de decisão e mais tempo para analisar o que realmente importa, os resultados em tempo real.

O software possui uma solução tecnológica dentro dos mais modernos e rigorosos padrões de projeto de desenvolvimento e implantação, com destaque para o alto nível de aderência aos processos de gestão de RPPS, alto nível de integração entre módulos, processamento com computação em nuvem, com solução hospedada em *data center* próprio, com todas as certificações necessárias para que as informações sejam armazenadas com todas as garantias desejadas.

O Sistema de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social é um software que permite o gerenciamento de informações referentes a servidores públicos (civis e militares), ativos e inativos, pensionistas e demais dependentes do Município de Conceição da Barra.

As Informações organizadas pelo Sistema são enviadas, nos prazos legais, para o Ministério da Previdência, Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, Receita Federal e Empresas para Cálculo Atuarial, para que sejam validadas e auditadas por esses órgãos. A grande vantagem do Sistema é evitar fraudes a partir de um controle eficaz dessas informações armazenadas.

O Sistema possui funcionalidade que permite gerar arquivos para crédito de pagamentos mensais, nos padrões exigidos pelas instituições bancárias, com ampla flexibilidade no que diz respeito à separação por datas de crédito, grupos de servidores e pensionistas, tipos de benefícios e entes. A função que permite a geração de arquivos para bancos, assim como as demais do sistema, é dotada de rigoroso mecanismo de proteção, com acesso controlado e geração de logs de auditoria.

O Sistema, por ser um aplicativo desenvolvido totalmente para uso pela Internet, permite que os servidores utilizem várias funcionalidades através do autoatendimento. Dentre essas funções, podemos destacar a consulta e emissão de contracheques e extratos de contribuições, informe de rendimentos, a atualização de dados cadastrais

do próprio servidor e de seus dependentes e representantes legais, a atualização de dados bancários, a inclusão de tempo de serviço etc. Por garantia, é importante ressaltar, que as atualizações de dados são sujeitas à confirmação posterior pelo Instituto, em alguns casos exigindo-se a apresentação de documentos comprobatórios.

As principais funcionalidades do Sistema são:

Cadastro de Servidores, onde o principal objetivo desta função é a centralização das informações cadastrais e disponibilização das mesmas a todos os setores do PREVICOB, permitindo assim o controle das informações básicas e de uso comum, recadastramento por biometria, controle dos grupos familiares para benefícios de rateio, controle das informações gerais (PREVICOB, PREFEITURA e CÂMARA), apuração de tempo de serviço (magistério, área médica, RGPS e RPPS Civil e Militar), Integração com o cadastro do Prefeitura e da Câmara, Integração com o Ministério da Previdência, Tribunal de Contas e Receita Federal, entre outras;

Controle de Protocolos de Atendimento, que permite o gerenciamento, simples e eficiente, de todos os processos que tramitam dentro do PREVICOB, tanto internos, quanto externos. Esta funcionalidade permite ao servidor acompanhar pelo Autoatendimento a tramitação de qualquer solicitação realizada ao PREVICOB;

Controle de Arrecadação Previdenciária, onde principal objetivo é a administração das arrecadações dos servidores e entes (Prefeitura e Câmara), visando à composição dos fundos para a aposentadoria. Os principais recursos desta funcionalidade são: Administração de fundos, emissão do certificado de adesão, migrações entre planos, gerenciamento de contribuições pagas, controle de licença sem vencimento, controle de abono de permanência, geração da DIRF, Informe de Rendimentos e outros, Extratos de contribuição individualizado e apuração de IR. O principal objetivo é a administração das concessões dos benefícios, buscando as informações necessárias para verificação da elegibilidade, cálculo do valor inicial do benefício, apresentação dos cenários de enquadramento de benefício e apresentação da memória de cálculo;

Simulação e Concessão de Benefícios controla a memória de cálculo detalhada com os diversos tipos de benefícios, conversão e revisão de benefícios, simulação dos cenários de benefício, emissão de parecer legal, controle de aprovação de parecer e administração das etapas de concessão, agilizando o processo de aposentadoria do servidor;

Cálculo e controle de folha de pagamento dos servidores do PREVICOB e dos benefícios concedidos aos servidores do plano previdenciário. São apuradas todas as rubricas de proventos, descontos, reajuste, auxílios, pensão judicial, pensão por morte, entidades externas, IR e outras. Permite ainda o controle de situação do benefício, cálculo e recálculo de folha por grupos, apuração de valores retroativos e reajuste de benefícios;

O **Autoatendimento no Site** permite alteração cadastral, inclusão, exclusão e alteração de dependentes, alteração de dados bancários, solicitação de isenção de IR, solicitação de inclusão de tempo de serviço, simulações dos diversos cenários de aposentadoria e emissão de documentos, tais como contracheque, boleto bancário e extratos;

O **Site do PREVICOB** www.previcob.es.com.br, onde é permitido aos gestores, a atualização de conteúdo, a cópia e a liberação dos dados dos servidores, atualização de dados cadastrais, informe de rendimento, contracheque, contribuição previdenciária individualizada e acompanhamento de protocolo de atendimento e outros serviços de autoatendimento.

A implantação do Sistema de Gestão Previdenciária, permite a gestão do órgão com mais autonomia e transparência dos processos executados pelo PREVICOB, melhorando e otimizando o atendimento ao servidor público de Conceição da Barra.

- **Sistema Integrado de Contabilidade Pública**

Ainda voltado para modernização, a partir de 2019, o PREVICOB assinou convênio com o ente público para disponibilização e efetiva implantação do Sistema Integrado de Contabilidade Pública, em exigência as determinações constantes da LRF, gerando assim, uma economia considerável no caixa do Instituto, próximo de R\$ 100

mil reais anuais em taxas de administração, e maior sinergia e celeridade na realização das tarefas e respostas aos órgãos de controle, proporcionando assim:

Sistema Integrado de Contabilidade Pública controla de forma integrada todas as etapas de planejamento, execução orçamentária, financeira e de geração contábil da administração previdenciária;

Está em total conformidade com as resoluções dos Tribunal de Contas e com a STN (Secretaria do Tesouro Nacional), bem como, as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (IPCAS);

Proporciona a segurança necessária para a gestão pública, atendendo às exigências da lei federal que regulamenta a contabilidade pública;

Preparando para receber de forma integrada as informações do módulo Folha de Benefícios para automação das ações de Empenho, Liquidação e Pagamento dos benefícios e demais obrigações trabalhistas;

Em fase de preparação para receber de forma integrada as informações do módulo Arrecadação de forma automatizada, sem interferência humana que consequentemente reduz a incidência de erros;

Recebe de forma integrada as informações do módulo SMARam (modulo integrado de administração de materiais) todas as ações do processo de compras. Realiza Reserva, Empenho, Liquidações e recebimento de materiais, além de acompanhar a variação patrimonial;

Possui um mecanismo que facilita a conciliação bancária, cruzando informações do sistema com os arquivos, extratos bancários, dos sistemas bancários;

Gera a LOA (Lei Orçamentária Anual) pelo PPA (Plano Plurianual);

Contabiliza automaticamente os Contratos, Convênios e Precatórios;

Gera ordem bancária magnética para pagamento de fornecedores, diminuindo a quantidade de cheques emitidos, e;

Demonstrações Contábeis totalmente adequadas às novas normas.

Metas Priorizadas para 2022

Para o cumprimento da missão e visão do PREVICOB, foram definidas as estratégias de ação, abaixo relacionadas, para serem alcançadas no período de 2022:

Acompanhamento sistemático das aplicações financeiras

O Comitê de Investimentos do PREVICOB, com apoio de empresa contratada - especializada em assessoria financeira - realizará acompanhamento sistemático de todos os valores aplicados pelo Instituto no mercado financeiro.

Site em conformidade com a legislação vigente

Em consonância com os princípios de transparência, legalidade e publicidade, o site do Instituto continuará sendo alimentado de forma frequente e com todas as informações previstas na legislação vigente. Afinal, trata-se de uma ferramenta que esclarece inúmeras dúvidas e está ao alcance da maioria dos segurados.

Informativos através de grupos de comunicação

Com o objetivo de levar informações, de forma continuada, aos seus segurados ativos e inativos, o PREVICOB trabalhará com informativos diretos através de mensagens “sms” e grupos de comunicação por aplicativos específicos levando a prestação de contas do exercício anterior e as principais notícias do RPPS aos seus segurados.

Alterações Legislativas

Todo ordenamento jurídico, para estar em sintonia com as mutações exigidas pela sociedade, precisa passar por uma constante atualização. Razão pela qual - e dada à importância de se manter a similaridade de tratamento entre as regras definidas para os RPPS dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com aquelas introduzidas pela Lei Federal, embora, tenhamos em 2020 adequado a alíquota de contribuição previdenciária dos segurados para 14%, há necessidade de uma revisão na lei que disciplina a concessão dos benefícios de aposentadoria e de pensão por morte

conforme exigência da Emenda Constitucional nº 103/2019 (encaminhada a minuta ao Executivo, porém, ainda, pendente de aprovação pelo Legislativo), e, também, revisão das regras de utilização da Taxa de Administração de acordo com a Portaria SEPRT/ME nº 19.451, de 18/08/2020, além de outras adequações substanciais que porventura sejam exigidas pela Secretaria de Previdência Social.

Revisão da estrutura do quadro de servidores do PREVICOB

Com o desenvolvimento dos trabalhos e a expectativa de crescimento do Instituto há necessidade de rever o quadro de servidores, inclusive com encaminhamento de uma minuta de Projeto de Lei para readequação da Estrutura Administrativa do Instituto.

Aquisição de imóvel

A aquisição de um imóvel – processo de desapropriação em andamento, localizado na área central do Município de Conceição da Barra. Neste biênio, buscaremos um local que atenda nossas necessidades para que possamos adquirir e reformar uma sede própria.

Pro Gestão

O Pró Gestão RPPS – meta a ser alcançada - é um programa de certificação que visa ao reconhecimento das boas práticas de gestão adotadas pelos RPPS. É a avaliação, por entidade certificadora externa, credenciada pela Secretaria de Previdência - SPREV, do sistema de gestão existente, com a finalidade de identificar sua conformidade às exigências contidas nas diretrizes de cada uma das ações, nos respectivos níveis de aderência.

Como procedimento para a melhoria da gestão, por meio da avaliação e estudo dos processos da organização, a certificação pressupõe o seu diagnóstico detalhado, sob uma visão sistêmica, por meio do mapeamento e análise dos processos de negócio e sua posterior modelagem, buscando a melhoria dos processos existentes, pela introdução de padrões de qualidade, e sua devida documentação.

Realização do Projeto de Aproximação e Valorização de Aposentados e Pensionistas Segurados pelo PREVICOB

Com o objetivo de valorizar os aposentados e pensionistas, o PREVICOB elaborará este projeto visando trazer alegria, interação, troca de experiências, relacionamento e buscando trabalhar a autoestima de seus segurados que não estão na ativa. Na ocasião pretende-se, a exemplo do que tem sido feito com os atuais segurados quando se aposentam, será entregue um certificado em agradecimento aos serviços prestados ao município ao longo da sua carreira, esta singela homenagem tem sido bem recebida pelos recém-aposentados e almejada pelos antigos. Foi pensada, ainda, um evento de entretenimento e uma pequena palestra sobre qualidade de vida, procurando retribuir um pouco àqueles que tanto serviram ao município, compartilhando esperança, emoção e resgate de vida.

DA GESTÃO DE BENEFÍCIOS

Plano de Benefícios do RPPS

O RPPS de Conceição da Barra visa dar cobertura contra os riscos a que estão sujeitos os seus segurados e compreende benefícios que atendam à finalidade de garantir meios de subsistência nos eventos de invalidez, idade avançada, inatividade e morte.

De acordo o artigo 26 da Lei Municipal 10/2006, o plano de benefícios do PREVICOB compreende os seguintes pagamentos:

Quadro ao servidor:

- a) aposentadoria por invalidez;
- b) aposentadoria compulsória;
- c) aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição;
- d) aposentadoria voluntária por idade;

Quanto ao dependente

- a) pensão por morte

Registros de Aposentadorias e Pensões

Durante o exercício de 2021 foram concedidas 24 aposentadorias, sendo: 15 Aposentadorias Voluntárias por Tempo de Contribuição, 02 Aposentadorias Voluntárias por Tempo de Contribuição magistério, 07 Aposentadoria Voluntária por Idade e 05 Pensões por Morte.

Sendo que contêm 71 processos de Aposentadorias e 06 processos de Pensões encaminhados para homologação do TCE\ES, totalizando 77 processos. E contam também 09 processos de Aposentadorias registrados e, ainda, registros Pensões.

Retornaram 21 processos de Aposentadorias e Pensões do Tribunal de Contas com considerações preliminares para juntada de documentos solicitados.

Quanto aos ativos, houve uma redução no quadro em função dos novos benefícios concedidos e a ausência de novos concursos públicos tanto no Executivo como no Legislativo, resultando, ao Instituto, redução da arrecadação e maiores dificuldades para se obter o equilíbrio financeiro do fundo previdenciário.

Através de tabelas e gráficos, a seguir, apresenta-se a evolução histórica dos benefícios previdenciários no decorrer dos últimos seis anos, em que demonstra um volume crescente de benefícios concedidos sem a ocorrência, no entanto, de um crescimento no mesmo patamar da massa de segurados.

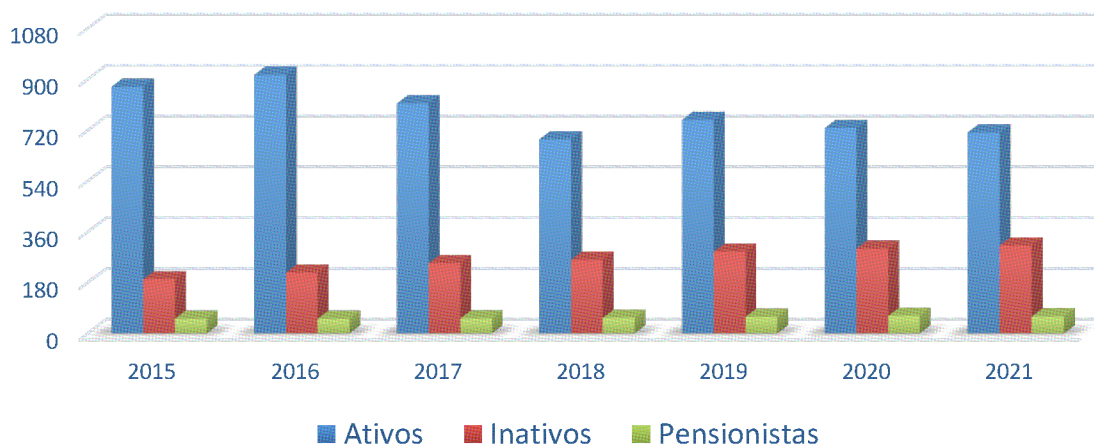
Evolução Histórica dos Benefícios

- **Evolução do número de segurados do Regime Próprio de Previdência Social de Conceição da Barra**

CATEGORIA	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Ativos	874	916	815	688	757	728	712
Inativos	192	216	249	261	290	301	312
Pensionistas	52	52	53	55	59	62	60
TOTAL	1118	1184	1117	1004	1106	1091	1084

MÊS BASE: dezembro

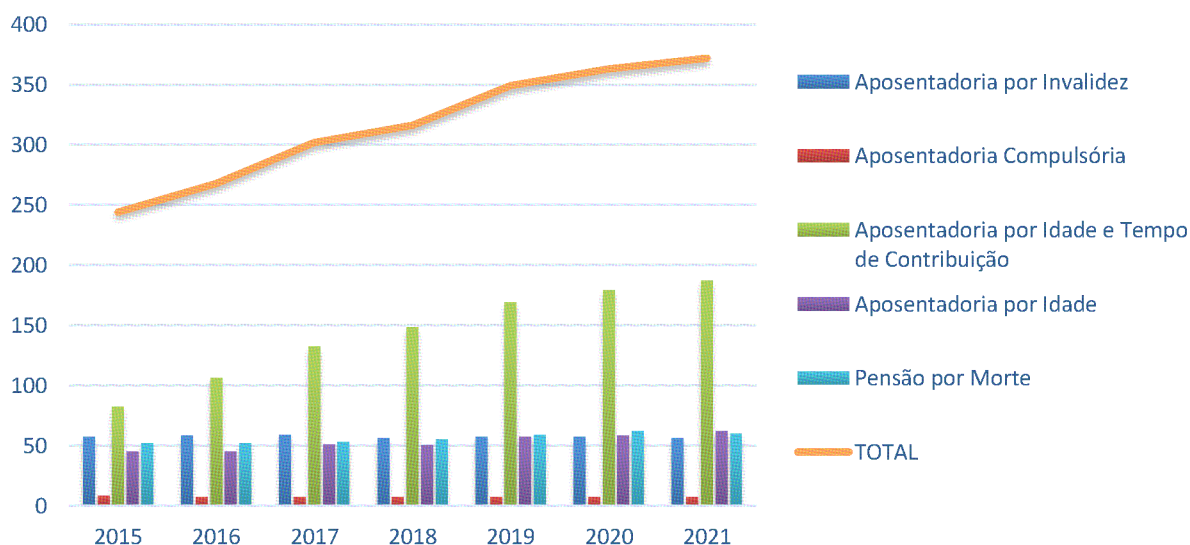
Evolução Quantitativa de Segurados



- **Evolução do quantitativo de benefícios concedidos pelo Regime Próprio de Previdência Social de Conceição da Barra.**

BENEFÍCIOS	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Aposentadoria por Invalidez	57	58	59	56	57	57	56
Aposentadoria Compulsória	8	7	7	7	7	7	7
Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição	82	106	132	148	169	179	187
Aposentadoria por Idade	45	45	51	50	57	58	62
Pensão por Morte	52	52	53	55	59	62	60
TOTAL	244	268	302	316	349	363	372

Evolução de Quantitativos



- **Números de servidores Vinculados ao PREVICOB (*)¹:**

ÓRGÃO	ATIVOS	INATIVOS	PENSIONISTAS	TOTAL
-------	--------	----------	--------------	-------

¹ (*) A Constituição Federal, em seu artigo 40, § 20, acrescentado pela Emenda Constitucional n. 41/2003, veda a existência de mais de uma unidade gestora do respectivo Regime Próprio de Previdência em cada ente estatal. Vedação que já vigora pela Lei Nacional n. 9.717 de 1998. No Município de Conceição da Barra - ES, com advento da Lei Complementar Municipal 01/2002, os servidores inativos e pensionistas do Poder Executivo, Fundos, Legislativo e Autarquias, que obtiveram os seus benefícios concedidos antes da criação do PREVICOB, em 18/03/2002, passaram a receber os seus proventos de aposentadoria e pensão através do PREVICOB. Ficando mantida a responsabilidade do Tesouro Municipal pelo pagamento do benefício, nos termos da Lei Municipal n. 10/2006.

Prefeitura Municipal	712	312	60	1084
Câmara Municipal	18	-	-	18
TOTAL	730	312	60	1.102

- **Evolução do quantitativo de benefícios concedidos com reajuste atribuídos aos servidores ativos – COM PARIDADE.**

BENEFÍCIOS	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Aposentadoria	74	100	161	175	195	203	218
Pensão por Morte	13	12	13	15	14	14	15
TOTAL	87	112	174	190	209	217	233

MÊS BASE: dezembro

- **Evolução do quantitativo de benefícios concedidos com reajuste na mesma data em que decorrer a atualização dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) – SEM PARIDADE.**

BENEFÍCIOS	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Aposentadoria	118	116	88	86	95	98	107
Pensão por Morte	39	40	40	40	45	48	53
TOTAL	157	156	128	126	140	146	160

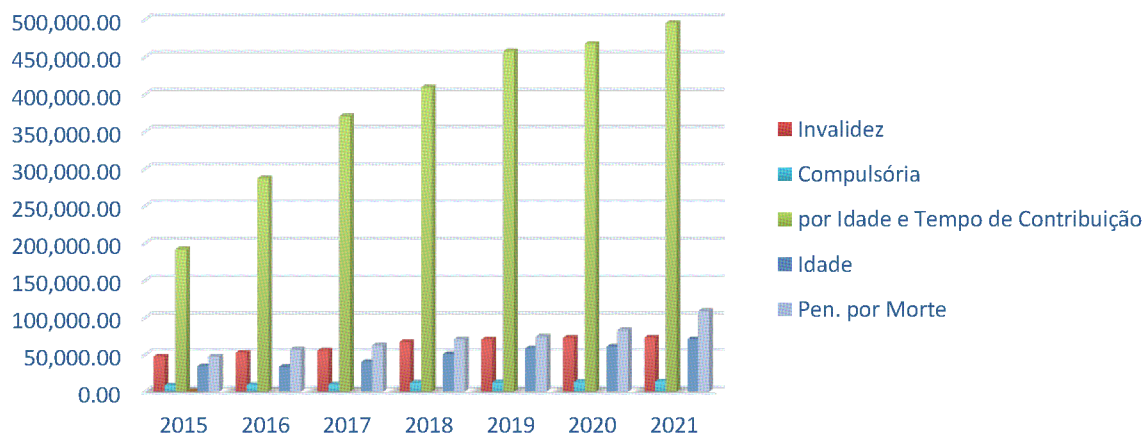
MÊS BASE: dezembro

- **Evolução dos valores despendidos com o pagamento dos benefícios concedidos pelo Regime Próprio de Previdência Social de Conceição da Barra.**

BENEFÍCIOS	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Invalidez	47.069,79	52.256,46	55.334,00	66.465,73	70.051,44	72.396,57	72.620,75
Compulsória	8.142,26	8.685,16	9.256,64	11.854,79	12.227,12	12.784,06	13.472,97
por Idade e Tempo de Contribuição	191.771,79	286.644,71	370.215,35	408.881,33	457.246,39	467.340,58	495.147,17
Idade	33.998,96	33.233,44	39.638,84	50.259,86	57.864,34	60.467,62	70.412,22
Pen. por Morte	47.239,27	56.521,70	62.049,98	70.109,50	73.662,40	82.622,33	108.588,11
TOTAL	328.222,07	437.341,47	536.494,81	607.571,21	671.051,69	695.611,16	760.241,22

MÊS BASE: dezembro

Evolução Dispêndios



Resumidamente, percebe-se um aumento de 9,29% nos valores despendidos com benefícios, especialmente, com aposentadorias concedidas por idade e tempo de contribuição, representam o grupo com maior crescimento ao longo dos anos.

Da Perícia Médica

É uma concessão de benefício, em função de doença que impeça o servidor de trabalhar ou que possa prejudicar a saúde em razão do trabalho ou função efetuada.

Em suma, é o ato médico ou conjunto de procedimentos técnicos atribuídos aos médicos ou conjunto pela legislação realizado por profissional da medicina, legalmente habilitado. A inspeção médica no PREVICOB é realizada pela Dr^a Roselene Fraga Loureiro, CRM-ES 3569.

Em 28 de Março de 2019, o Executivo municipal editou a Portaria nº 125/2019, que dispôs sobre a instituição da Junta Médica Oficial do Município e Regulamentou o seu funcionamento.

A respectiva Junta Médica é composta de 03 médicos do quadro de servidores do Município de Conceição da Barra, vinculando à Secretaria Municipal de Saúde.

Os Médicos designados para compor a Junta Médica Oficial do Município de Conceição da Barra, são os seguintes:

- Dr. Alfredo Brito Filho – Coordenador da Equipe
- Dra. Roselene Fraga Loureiro
- Dr. Silvio Geraldo Anunciação

No ano de 2021, não houve concessão de aposentadorias por invalidez. Os trabalhos da comissão ficaram restritos a análise dos benefícios assistências de Auxílio-Doença, Salário Maternidade e Auxílios Reclusão que, após a edição da Lei Complementar Municipal nº 59/2020, ficaram a encargo do Poder Executivo.

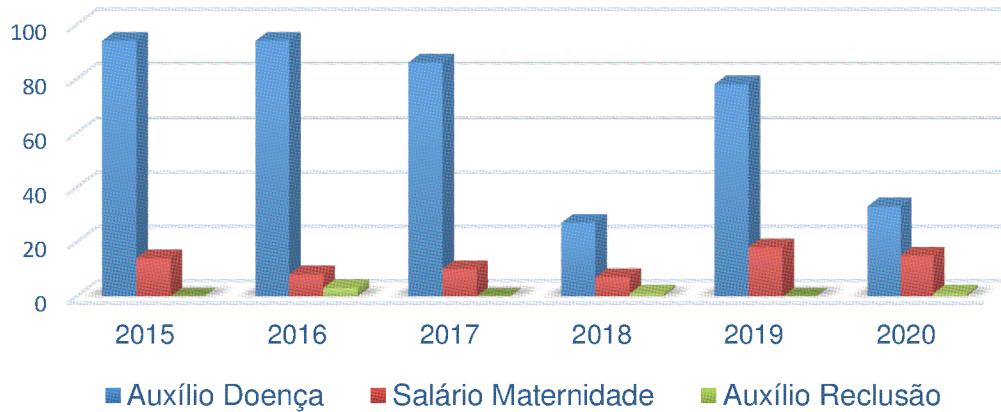
Abaixo demonstra-se os benefícios concedidos até 2020.

- **Evolução do quantitativo de Auxílios concedidos pelo Regime Próprio de Previdência Social de Conceição da Barra.**

Benefícios	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Auxílio-Doença	94	94	86	27	78	33
Salário Maternidade	14	8	10	7	18	15
Auxílio Reclusão	-	3	-	1	-	1

MÊS BASE: dezembro (novembro em 2020)

Benefícios Assistenciais



As inspeções médicas foram realizadas, quinzenalmente, até o mês de novembro/2020. Após essa data a gestão passou a ser integralmente de responsabilidade do Poder Executivo.

DA GESTÃO DA COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

A Compensação Previdenciária foi estabelecida pela Emenda Constitucional nº 20/1998 que alterou o artigo 201 da Constituição, com intuito de possibilitar a transferência de valores aos Fundos/Institutos de Previdência, proveniente das contribuições dos servidores efetivos efetuadas ao Regime Geral de Previdência Social (INSS) que tem por objetivo operacionalizar a Compensação Previdenciária entre o Regime Geral de Previdência Social e os Regimes Próprios de Previdência Social dos Servidores Públicos dos Entes Federativos, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadorias e pensões, visando atender as disposições da Lei nº 9.796, de 05 de maio de 1999 e ao Decreto nº 3.112, de 6 de julho de 1999, alterado pelo Decreto nº 3.217, de 22 de Outubro de 1.999 e a Portaria MPAS nº 6.209, de 16 de Dezembro de 1999.

Compensação Previdenciária é o acerto de contas entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e destes entre si, na hipótese de contagem recíproca de tempo de contribuição (aposentadorias e pensões decorrentes)

O Decreto nº 10.188, de 20 de dezembro de 2019, veio regulamentar alguns procedimentos em relação à compensação previdenciária, no andamento da análise dos requerimentos de compensação financeira, como: a Criação do Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social; Prazo de Prescrição para o Recebimento de Valores Retroativos, que agora passa a contar a partir da Homologação da Aposentadoria pelo Tribunal de Contas competente, que antes, o prazo corria a partir da concessão da aposentadoria registrada pelo INSS, e, Criação de um Sistema Único Informatizado de Compensação Previdenciária, para os dois regimes. As mudanças nas regras da compensação previdenciária trará perspectivas de melhorias para os RPPS, na análise dos processos de compensação previdenciária.

O Município de Conceição da Barra/PREVICOB possui Acordo de Cooperação Técnica firmado com a Secretaria de Política de Previdência Social X Ministério da Economia X INSS para a operacionalização da compensação previdenciária, enquanto houver obrigações a compensar financeiramente.

Demonstra-se a seguir, por tabelas e gráficos a evolução da compensação previdenciária no âmbito da previdência municipal desde a sua criação e adesão ao convênio de compensação mútua.

- **Fluxo anual dos últimos 06 (anos), dos valores do Regime de origem, referente ao número de benefícios e valores.**

Anos	Nº de Benefícios	Valores
2016	0	0,00
2017	0	0,00
2018	0	0,00
2019	1	17.632,65
2020	1	1.602,12
2021	1	2.133,03
TOTAL		21.367,80

Fonte: Sistema COMPREV

valor referente a bloqueio – 03/2013 a 05/2019

Esta tabela demonstra a dificuldade encontrada pelo RPPS em relação a análise dos processos enviados para a compensação previdenciária, apesar de termos vários processos cadastrados no sistema de compensação, muitos com mais de 3.000 dias de atraso na análise.

- **Resumo Total de Processos de Compensação - Atualizado até 31/12/2021**

Comp.	Solicitante	Destinatário	Aguardando Análise	Em Compensação	Em Exigência	Indeferido	Exigência / Indeferido
2018	RGPS	PREVICOB	0	0	1	0	0
2018	RPPS	RGPS	0	1	16	0	0
2019	RGPS	PREVICOB	0	0	1	0	0
2019	RPPS	RGPS	26	1	16	0	0
2020	RGPS	PREVICOB	0	0	1	0	0
2020	RPPS	RGPS	28	1	96	0	0
2021	RGPS	PREVICOB	0	0	2	2	3
2021	RPPS	RGPS	146	1	26	0	0

Fonte: Sistema COMPREV

Apesar do curto espaço de tempo no planejamento, treinamento e desenvolvimento das tarefas voltadas a compensação, destaca-se a realização da qualificação da equipe técnica responsável pela compensação previdenciária no Instituto, que possibilitou um salto no número de processos cadastrados no sistema COMPREV, bem como a busca ativa dos processos em exigência, que após sanadas as pendências da importação para o sistema atual de compensação, possibilita o aumento efetivo da arrecadação da compensação previdenciária do PREVICOB.

- **Resumo Total de Processos cadastrados e passíveis de compensação previdenciária - Atualizado até 31/12/2021**

HISTÓRICO DE PROCESSOS COMPREV

	Quantidade Processos	ATRASADOS (Valor Estimado)	PRO RATA (Valor Estimado)
Processos em Exigência	28	R\$ 3.708.185,52	R\$ 14.592,85
Processos em Análise	157	R\$ 12.671.242,68	R\$ 63.877,71
TOTALIZAÇÃO	185	R\$ 16.379.428,20	R\$ 78.470,56

Fonte: Sistema BG-COMPREV

Esta simulação leva em consideração duas variáveis: o valor do benefício e o valor médio dos benefícios pagos pelo RGPS, escolhendo sempre o menor, conforme o Artigo 6º do Decreto 10.188/19.

Todos os valores apresentados configuram-se em estimativas dentro das condições especificadas acima e dependem exclusivamente das informações fornecidas pelo sistema.

Os valores acima, demonstram a importância da compensação previdenciária dentro do Instituto. Levando em consideração estes dados, o PREVICOB fez uma alteração no quadro de servidores, fortalecendo a equipe de compensação previdenciária, que dentro período conseguiu realizar avanços consideráveis no atendimento as exigências do RGPS. Infelizmente não conseguimos ver este desempenho no próprio RGPS, pois dentro do universo da compensação previdenciária, há um alongamento nos prazos de resposta das análises dos processos.

Com a publicação da Portaria nº 15.829, de 2020, e do Decreto nº 10.188, de 2019, a partir de 1º de janeiro de 2022, os requerimentos de compensação financeira apresentados pelos regimes instituidores deverão ser analisados pelos regimes de origem em até 1.080 (mil e oitenta) dias, sob pena de incidir a mesma atualização dos valores dos recolhimentos em atraso de contribuições previdenciárias arrecadadas pelo RGPS aos requerimentos que ultrapassarem esse prazo. Assim sendo, os prazos pré-determinados por Lei deixará célere o sistema de compensação previdenciária, pois em 2026 o prazo para análise será de 90 (noventa) dias.

Apesar do curto espaço de tempo no planejamento, treinamento e desenvolvimento das tarefas voltadas a compensação, destaca-se o fortalecimento da equipe responsável com a realização de aprimoramento do conhecimento através de participação nos cursos preparatórios realizados pela ABIPEM e ACIP, bem como, a participação de forma direta com a Secretaria de Previdência Social nas salas de bate papo. Fatores que tem resultado num melhor conhecimento da realidade dos processos de compensação previdenciária gerando mais capacidade técnica para captação dos recursos represados no INSS.

DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Da Execução Orçamentária e Financeira

Das Receitas

O regime previdenciário tem caráter contributivo e solidário, sendo financiado mediante contribuição dos poderes e órgãos, bem como dos servidores ativos, inativos e pensionistas, sendo administrado com base em critérios técnicos que visam a preservar sua solvência, seu equilíbrio financeiro e atuarial.

- **Análise do comportamento das receitas orçada com a arrecadada em 2019.**

R\$ Centavos

Descrição	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	10.679.951,00	10.679.651,00	1.484.68802	10.266.020,10
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES	10.679.951,00	10.679.951,00	2.443.584,62	2.073.812,38
CONTRIBUIÇÕES	4.517.397,00	4.517.397,00	2.443.584,62	2.073.812,38
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	4.517.397,00	4.517.397,00	4.471.968,47	2.073.812,38
RECEITA PATRIMONIAL	6.156.853,00	6.156.853,00	-2.031.353,81	-8.188.206,81
VALORES MOBILIÁRIOS	6.156.853,00	6.156.853,00	-2.031.353,81	-8.188.206,81
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.701,00	5.701,00	1.700,09	4.000,91
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	5.701,00	5.701,00	1.700,09	4.000,91
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.500.000,00	1.500.000,00	4.472.549,89	-2972.549,89
TOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	12.179.951,00	12.179.951,00	4.886.480,79	-7.293.470,21

- **Análise do comportamento das receitas arrecadadas nos últimos cinco exercícios.**

Exercício	Estimado	Realizado	% Realização
2017	R\$ 10.769.345,45	R\$ 10.397.401,75	96,55%
2018	R\$ 10.702.000,00	R\$ 9.581.474,46	89,53%
2019	R\$ 10.801.000,00	R\$ 12.891.452,89	119,35%
2020	R\$ 10.948.220,00	R\$ 15.237.054,17	139,17%
2021	R\$ 12.179.951,00	R\$ 4.886.480,79	40,12%

- **Análise do comportamento das receitas arrecadadas, evidenciadas por categoria econômica, origem e espécie, nos últimos cinco exercícios.**

R\$ Centavos

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2018	EXERCÍCIO 2019	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2021
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	8.180.874,76	9.581.474,46	11.278.198,63	11.169.462,35	1.484.688,02
CONTRIBUIÇÕES	1.557.784,02	4.141.053,57	4.283.754,70	2.362.227,28	2.443.584,62
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.557.784,02	4.141.053,57	4.283.754,70	2.362.227,28	2.443.584,62
RECEITA PATRIMONIAL	3.741.974,82	3.686.028,19	6.975.916,75	8.804.519,21	-
VALORES MOBILIÁRIOS	4.169.776,61	3.686.028,19	6.975.916,75	8.804.519,21	-
VALORES MOBILIÁRIOS DEDUÇÕES	-427.801,79	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.881.115,92	1.754.392,70	18.527,18	2.715,56	1.700,09
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	2.881.115,92	1.754.392,70	18.527,18	2.715,56	1.700,09
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.216.421,27	-	1.613.254,26	4.067.591,82	4.472.549,89
TOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	10.397.296,03	9.581.474,46	12.891.452,89	15.237.054,17	4.886.480,79

O normativo da SPS estabelece que são considerados recursos previdenciários as contribuições e quaisquer valores, bens, ativos e seus rendimentos vinculados ao RPPS ou ao fundo, inclusive, a totalidade dos créditos do ente instituidor, reconhecidos pelo regime de origem, relativos à compensação financeira disciplinada na Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999.

E ainda, que os recursos serão utilizados apenas para o pagamento dos benefícios previdenciários e para a Taxa de Administração do RPPS, cujos critérios encontram-se estabelecidos no art. 15 da Portaria MPS nº 402/2008.

Sendo vedada a utilização dos recursos previdenciários para finalidades diversas daquelas referidas no § 1º deste artigo 15, dentre elas consideradas: a utilização dos recursos destinados à taxa de administração em desacordo com os critérios estabelecidos no art. 15. (Incluído pela Portaria MPS nº 21, de 14/01/2014).

Para cobertura das despesas do RPPS, poderá ser estabelecida, em lei, Taxa de Administração de até dois pontos percentuais do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativo ao exercício financeiro anterior, observando-se que: Será destinada exclusivamente a

custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento da unidade gestora do RPPS, inclusive para a conservação de seu patrimônio;

Das Despesas

Nos termos da Lei Municipal nº 2.899 de 15 de dezembro de 2020, o orçamento do PREVICOB para o exercício de 2021, estimou a Receita e fixou a Despesa em **R\$12.179.951,00** (Doze milhões cento e setenta e nove mil duzentos e vinte reais).

A despesa efetiva executada (empenhada) equivale a um montante de **R\$ 10.009.954,02** enquanto o saldo final da Reserva do RPPS de dotação ficou em **R\$ 326.608,00** cuja finalidade é constituir as Reservas Técnicas necessárias para eliminar gradualmente o déficit existente e assegurar os benefícios futuros.

Do montante demonstrado na execução da despesa orçamentária, tem-se que **R\$ 306.370,02** referem às despesas com a Manutenção das Atividades do PREVICOB e **R\$ 9.703.584,00** às despesas com Pagamento de Aposentadorias e Pensões.

Na despesa com a Manutenção das Atividades do PREVICOB são consideradas as seguintes despesas:

Gestão de Pessoal - Pagamento dos vencimentos dos servidores ativos e à disposição, bem como despesas com remuneração, férias, encargos, adiantamentos, benefícios, gratificações, auxílios, indenizações, diárias, abonos, obrigações patronais e outras despesas correlatas;

Manutenção da Unidade - Despesas com materiais de consumo, viagens e locomoção, capacitação de pessoal, contratação de terceiros, aquisição de equipamentos e materiais permanentes, ampliação, manutenção e conservação de imóveis próprios ou alugados, e demais atividades necessárias para garantir a execução dos programas finalísticos;

Enquanto nas despesas com pagamento de **Aposentadorias e Pensões**, temos o seguinte:

* Pagamento de aposentados e pensionistas segurados e mantidos pelo Regime Próprio de Previdência Social do Município de Conceição da Barra, na forma estabelecida na Lei Complementar Municipal nº 10/2006.

* Pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte já concedidos e decorrentes de sistema próprio não contributivo serão custeados pelo PREVICOB, mediante aporte dos recursos pelo município ou entes públicos responsáveis, ou seja, antes da LCM 10/2006, nos termos do art. 3º, parágrafo 3º.

- **Análise do comportamento das despesas empenhadas, liquidadas e pagas, evidenciadas por categoria econômica, grupo de natureza da despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa.**

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS (b)	DESPESAS LIQUIDADAS (c)	DESPESAS PAGAS (d)	SALDO DE DOTAÇÃO (a-b)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	10.328.532,00	10.009.9954,31	9.987.158,00	9.986.012,35	330.769,00
DESPESAS CORRENTES	10.313.766,00	10.009.954,31	9.987.158,00	9.987.158,00	326.608,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.832.305,00	9.703.584,29	9.703.584,29	9.702.438,64	128.720,71
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	481.461,00	306.370,02	283.573,71	283.573,71	197.887,29
DESPESAS DE CAPITAL	14.766,00	10.605,00	10.605,00	10.605,00	4.161,00
INVESTIMENTOS	14.766,00	10.605,00	10.605,00	10.605,00	4.161,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	10.328.532,00	10.020.559,31	9.997.763,00	9.996.617,35	330.769,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	10.328.532,00	10.020.559,31	9.997.763,00	9.996.617,35	330.769,00
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	10.328.532,00	10.020.559,31	9.997.763,00	9.996.617,35	330.769,00

Percebe-se, na execução da despesa orçamentária, a ocorrência de economia de R\$ 330,769,00 (Trezentos e trinta mil setecentos e sessenta e nove reais).

- **Análise do comportamento dos saldos das despesas inscritas em resto a pagar, evidenciadas pelos valores pagos e cancelados.**

Restos a Pagar Processados

Exercício	Inscrição	liquidação	Pagamento	Anulação	Saldo
2020	2.470,35		2.395,44		359,46
2021	1.145,65				1.145,65
TOTAL	3.616,00		2.395,44		1.505,11

Restos a Pagar Não Processados

Exercício	Inscrição	Liquidação	Pagamento	Anulação	Saldo
2020	12.234,90				12.234,90
2021	22.796,31			-	22.796,31
TOTAL	35.031,21				35.031,21

Restos a Pagar Não Processados - Liquidados

Exercício	Inscrição	Liquidação	Pagamento	Anulação Líq.	Saldo Empenho
2020	-	-	-	-	-
2021	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-

Da análise da Tabela acima, extrai-se que do montante registrado em Restos a Pagar, processados e não processados, de R\$ 23.941,96.

Da Execução Financeira

O valor realizado das Receitas e Despesas Orçamentárias conferem com a Execução Financeira, conforme demonstrações a seguir:

- **Evidenciação dos valores da receita de contribuição do servidor e patronal, por órgão devedor e competência do exercício de 2021.**

Arrecadação Anual							
Descrição UG	Aporte Atuarial	Contribuição Servidor	Contribuição Patronal	Contribuição Patronal - Inativos	Insuficiência Financeira	Parcelamento	Total Geral
Câmara Conc. Barra	99.822,37	100.129,25	103.993,80		22.563,46		326.508,88
Fundo de Educação	1.268.034,10	977.825,03	1.016.804,51				3.262.663,64

Fundo de Saúde	371.050,48	286.087,72	297.651,97				954.790,17
Prefeitura Conceição da Barra	691.317,96	533.028,84	556.435,51	27.916,21	1.895.647,63	455.627,44	4.159.973,59
Prefeitura Vitória		5.629,30	5.604,02				11.111,60
Previcob		31.111,60					31.111,60
Total Geral	2.430.224,91	1.933.811,74	1.980.489,81	27.916,21	1.918.211,09	455.627,44	8.746.281,20

- **Evidenciação dos valores devidos de contribuição, por competência, e os valores efetivamente recebidos no exercício de 2021.**

Devido Anual							
Descrição UG	Aporte Atuarial	Contribuição Servidor	Contribuição Patronal	Contribuição Patronal - Inativos	Insuficiência Financeira	Parcelamento	Total Geral
Câmara Conc. Barra	123.330,59	98.338,84	103.769,27		24.833,77		325.438,70
Fundo de Educação	1.383.650,19	1.066.184,62	1.108.634,99				3.558.469,80
Fundo de Saúde	402.743,86	310.391,55	322.825,19				1.035.960,60
Prefeitura Conceição da Barra	755.863,06	582.357,29	607.870,04	27.916,21	2.084.497,05	455.627,44	4.514.131,09
Prefeitura Vitória		6.091,22	6.310,24				12.401,46
Previcob		31.111,60					31.111,60
Total Geral	2.665.587,20	2.094.475,12	2.149.409,73	27.916,21	2.084.497,05	455.627,44	9.477.513,25

O PREVICOB iniciou o exercício de 2021 com o saldo financeiro contábil de R\$ 49.340.469,75. (Quarenta e nove milhões, trezentos e quarenta mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e setenta e cinco centavos) e finalizou com o saldo de R\$ 45.927.285,65. (Quarenta e cinco milhões, novecentos e vinte e sete mil, duzentos e oitenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos).

No capítulo específico sobre investimentos, serão encontradas as informações pormenorizadas, referentes ao resultado financeiro do exercício de 2021, às estratégias de gestão e outras informações pertinentes.

Da Análise dos Resultados

A receita e despesa previstas no montante de R\$ 12.179.951,00 apresentando um equilíbrio na previsão orçamentária.

A receita e realizada alcançou um montante de R\$ 4.886.480,79.

A despesa realizada, por outro lado, alcançou um montante de empenhos da ordem de R\$ 10.020.559,31, promovendo uma economia, em relação à proposta orçamentária, no montante de R\$ 2.159.391,69;

Da Execução Patrimonial

Os ativos financeiros são aqueles cuja realização independe de autorização orçamentária. São registrados no balanço patrimonial e fornecem recursos para pagamento de obrigações ou manutenção de operações.

No caso dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, no ativo financeiro estarão dispostos, substancialmente, os recursos provenientes das receitas de contribuições e receita patrimonial, os quais devem ser empregados exclusivamente para pagamento de benefícios previdenciários, à exceção da taxa de administração, conforme Lei nº 17/2006.

Os ativos não financeiros ou permanentes, normalmente, são destinados à manutenção das operações do RPPS e sua mobilização ou alienação ficam na dependência de autorização legislativa. Já os passivos financeiros referem-se principalmente às faturas de bens e serviços, benefícios previdenciários, entre outros, que estavam pendentes na data do encerramento do exercício. Também se referem a valores restituíveis de consignações em folha de pagamento.

Ativo Circulante

O ativo circulante em 2021 soma o total de R\$ 46.118.892,93 (Quarenta e seis milhões, cento e dezoito mil, oitocentos e noventa e dois reais e noventa e três centavos), com a seguinte composição:

CREDITOS A CURTO PRAZO	R\$	168.512,81
CAIXA, INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES	R\$	45.927.285,65
ESTOQUES	R\$	23.094,47

Quanto aos investimentos, as informações financeiras mais relevantes foram abordadas na gestão financeira.

Quanto ao estoque, houve o ingresso, a título de material de consumo, do valor total de R\$ 6.701,66 (Seis mil, setecentos e um reais e sessenta e seis centavos), conforme despesas liquidadas no decorrer do exercício.

Conforme informações do setor responsável, as saídas foram na ordem de R\$ 6.561,89 (Seis mil, quinhentos e sessenta e um reais e oitenta e nove centavos).

Ativo não Circulante

O imobilizado do PREVICOB apresentou saldo de R\$ 4.863.820,62 (Quatro milhões, oitocentos e sessenta e três reais e sessenta e dois centavos), no final do exercício de 2021, apresentado da seguinte forma:

CREDITOS A LOGO PRAZO	R\$	4.863.820,62
IMOBILIZADO	R\$	94.728,09

A depreciação, exaustão e amortização dos bens móveis são calculadas pelo Setor de Patrimônio e Almoxarifado do PREVICOB e encaminhadas à Contabilidade para registro.

No entanto, ainda não há publicação de taxas próprias do município para a depreciação de bens, considerando a especificidade de cada bem, vida útil, etc., posto que o tema é jovem no âmbito do setor público municipal, o qual está se adequando gradativamente às novas regras.

Passivo Circulante e não Circulante

O passivo circulante finalizou com um saldo de R\$ 40.810,81 (Quarenta mil oitocentos e dez reais e oitenta e um centavos), com a seguinte composição:

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTE	R\$	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	R\$	1.505,11
DEMAIS PROVISÕES A CURTO PRAZO	R\$	39.305,70

No passivo não circulante estão contabilizadas as provisões matemáticas previdenciárias, as quais apresentaram um saldo de R\$ 188.821.242,12 (Cento e oitenta e oito milhões, oitocentos e vinte e um mil, duzentos e quarenta e dois reais e doze centavos).

Entende-se por provisão matemática previdenciária a diferença entre os valores provisionados pelos RPPS para fazer face à totalidade dos compromissos futuros do plano e as contribuições futuras correspondentes. Ou seja, a provisão matemática previdenciária, também conhecida como Passivo Atuarial, representa o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos dos planos de benefícios, calculados atuarialmente, em determinada data, a valor presente. Tais provisões devem ser calculadas por profissional habilitado, conforme Lei Complementar Municipal nº 054/2019, de 16 de setembro de 2019.

Em 2021, os valores das Provisões foram atualizados de acordo com a Avaliação atuarial data-base 31/12/2021.

Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício

O saldo das variações patrimoniais do exercício de 2021 foi negativo.

No exercício apurou-se um resultado de R\$ (58.053.081,24) Cinquenta e oito milhões cinquenta e três mil oitenta e um reais e vinte e quatro centavos. Onde o exercício encerrou-se com um patrimônio líquido negativo de R\$ (137.879.339,38) Cento e trinta e sete milhões oitocentos e setenta e nove mil, trezentos e trinta e nove reais e trinta e oito centavos.

Da Taxa de Administração

A Lei Complementar Municipal nº 17/2006, Art. 3º, § 1º, Inciso I, fixou a taxa de administração em 2% do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS de Conceição da Barra, relativamente ao exercício anterior, permitindo, ainda, que o RPPS possa constituir reserva com as sobras do custeio das despesas do exercício, cujos valores serão utilizados para os mesmos fins a que se destina a taxa de administração.

Conforme demonstrado abaixo, verifica-se, além das informações comparativas dos gastos 2018 a 2020, que o limite prescrito em Lei Municipal, foi observado em 2021.

A) Base de Cálculo para fins de Limite de Gastos com Despesas Administrativas

- a.1) Remuneração Total - Servidores Vinculados ao RPPS (Exercícios Anteriores a PCA)

Órgão	2018	2019	2020
Prefeitura	R\$18.225.152,91	R\$18.905.958,76	R\$21.862.738,54
Câmara	R\$530.110,04	R\$841.678,09	R\$850.079,76
PREVICOB	R\$17.885,14	R\$21.639,33	R\$23.214,40
Auxílio-Doença / PREVICOB	R\$230.608,37	R\$200.672,07	R\$227.909,41
Auxílio Reclusão/PREVICOB	R\$23.319,31	R\$24.249,80	R\$23.451,81
Salário Maternidade	R\$43.703,36	R\$109.834,94	R\$68.540,64
TOTAL	R\$19.070.779,13	R\$20.104.032,99	R\$23.055.934,56

• a.2) Total de Proventos de Aposentadorias – Exercício Anterior ao da PCA

Órgão	2018	2019	2020
PREVICOB	R\$5.626.152,53	R\$6.274.815,91	R\$6.879.102,46
PMCB	R\$1.196.871,52	R\$1.165.215,18	R\$1.361.679,63
TOTAL	R\$6.823.024,05	R\$7.440.031,09	R\$8.240.782,09

• a.3) Total de Proventos de Pensões – Exercício Anterior ao da PCA

Órgão	2018	2019	2020
PREVICOB	R\$352.974,99	R\$350.635,16	R\$393.480,73
PMCB	R\$539.578,56	R\$609.471,44	R\$661.370,44
TOTAL	R\$892.553,55	R\$960.106,60	R\$1.054.851,17

B) Limite de Gastos Administrativos para o Exercício de Referência da PCA

Descrição	2019	2020	2021
Total das Remunerações dos Servidores Ativos (a.1)	R\$19.070.779,13	R\$20.104.032,99	R\$23.055.934,56
Total dos Proventos de Aposentadorias (a.2)	R\$6.823.024,05	R\$7.440.031,09	R\$8.240.782,09
Total dos Proventos de Pensões (a.3)	R\$892.553,55	R\$960.106,60	R\$1.054.851,17
Total da base de cálculo para fins de apuração do limite de gastos com despesas administrativas do RPPS (b.1)	R\$26.786.356,73	R\$28.504.170,68	R\$32.351.567,82
Percentual fixado na Legislação do RPPS (%) (b.2)	2%	2%	2%
Limite de Gastos Administrativos no Exercício do PCA (b3=b1*b2)	R\$535.727,13	R\$570.083,41	R\$647.031,36

C) Despesas Administrativas Realizadas no Exercício de Competência (2020)

Código da Despesa	Descrição da Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga
3.1 Pessoal e Encargos				
3.1.90.04	Contratação Por Tempo Determinado	R\$ 49.097,73	R\$ 49.097,73	R\$ 49.097,73
3.1.90.11	Vencimento e Vantagens Fixas	R\$ 117.479,19	R\$ 117.479,19	R\$ 117.479,19
3.1.90.13	Obrigações Patronais	R\$ 21.757,71	R\$ 21.757,71	R\$ 21.757,71
3.3 Outras Despesas Correntes				
3.3.90.08	Benefícios Assistenciais	R\$ 1.100,00	R\$ 1.100,00	R\$ 1.100,00
3.3.90.14	Diária Pessoal Civil	R\$ 34.800,00	R\$ 34.800,00	R\$ 34.800,00
3.3.90.30	Material de Consumo	R\$ 11.883,96	R\$ 11.849,95	R\$ 11.849,95
3.3.90.33	Passagens e Despesa com Locomoção	R\$ 10.158,93	R\$ 10.158,93	R\$ 10.158,93

3.3.90.35	Serviços de Consultoria	R\$ 31.600,00	R\$ 17.975,00	R\$ 17.975,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiro P. Física	R\$ 10.200,00	R\$ 10.200,00	R\$ 10.200,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiro P. Jurídica	R\$ 62.584,18	R\$ 59.046,88	R\$ 59.046,88
3.3.90.40	Outros Serviços de Terceiro P. Jurídica	R\$ 100.840,00	R\$ 95.240,00	R\$ 95.240,00
3.3.90.46	Auxílio - Alimentação	R\$ 21.600,00	R\$ 21.600,00	R\$ 21.600,00
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 2.870,12	R\$ 2.870,12	R\$ 2.870,12
3.3.90.91	Sentenças Judiciais	R\$ 10.200,00	R\$ 10.200,00	R\$ 10.200,00
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	R\$ -	R\$ -	R\$ -
4.4 Despesa de Capital				
4.4.90.52	Equipamento e Material Permanente	R\$ 10.605,00	R\$ 10.605,00	R\$ 10.605,00
Total (c3)		R\$ 496.776,82	473.980,51	473.980,51

D) Verificação da Observância do Limite de Gastos Administrativos

Descrição	2019	2020	2021
Limite de Gastos Administrativos no exercício da PCA (b.3)	R\$535.727,13	R\$570.083,41	R\$647.031,36
Total Despesas Administrativas Liquidadas no Exercício da PCA (c.3)	R\$505.879,67	R\$469.199,99	R\$473.980,51
(Sobra ou Excesso) de gastos no exercício (c.3-b.3)	R\$29.847,46	R\$100.883,42	R\$173.050,85
(Limite de Gastos efetuados no exercício (c.3/b.3)	94,40%	82,30%	73,25%

Resume-se, no tocante à sobra da Taxa de Administração, prevista no Art. 3º, § 1º, Inciso I, letra “c” da Lei Complementar Municipal nº 17/2006, que o valor anual da despesa administrativa para manutenção do PREVICOB, equivalente aos 2%, ficou estipulada em 2021, monetariamente, em R\$ 647.031,36 (Seiscentos e quarenta e sete mil, trinta e um reais e trinta e seis centavos). No entanto, ocorreu, no exercício, sobra de taxa de Administração de R\$ 173.050,85 (Cento e setenta e três mil, cinquenta reais e oitenta e cinco centavos), com o índice de utilização de 73,25% do limite definido em Lei.

Na análise comparativa dos gastos, observa-se que ainda de tenha ocorrido um aumento das disponibilidades financeiras para utilização em 2021, R\$ 647 mil ante R\$ 570 mil em 2020, utilizou-se, apenas R\$ 473 mil, valor equivalente ao aplicado no ano anterior.

Licitações

Durante o exercício de 2021, o PREVICOB realizou as seguintes modalidades licitatórias:

- Dispensa de Licitação - Contrato nº 01-2021 – Objeto: Contratação de empresa especializada em Consultoria para estudo e/ou Reavaliação atuarial. Vencedor: DVALONI CONSULTORIA LTDA, no valor total de R\$ 17.000,00 (Dezessete mil reais);
- Dispensa de Licitação - Contrato nº 02-2021 – Objeto: Contratação de empresa na prestação de serviço de locação e assistência Técnica de impressoras. Vencedor: DM SOLUTIONS LTDA ME, no valor estimado de R\$ 4.800,00 (Quatro mil e oitocentos reais);
- Dispensa de Licitação – Contrato nº 03-2021 – Objeto: Contratação emergencial de empresa especializada em serviço de manutenção e suporte a infraestrutura de sistema de informação. Vencedor: FLAVIO JOSÉ DE PAULA - ME, no valor estimado de R\$ 17.400,00 (Dezessete mil e quatrocentos reais);
- PREGÃO PRESENCIAL nº 01-2021 – Contrato nº 04-2021 – Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de Tecnologia e Segurança da Informação. Vencedor: FLAVIO JOSÉ DE PAULA - ME, no valor de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais);
- Dispensa de Licitação - Contrato nº 02-2020 – 1º ADITIVO - Objeto: Contratação de empresa especializada em Serviço de Consultoria Financeira. Vencedor: FAHM CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA, no valor total de R\$ 8.700,00 (Oito mil e setecentos reais);
- Dispensa de Licitação - Contrato nº 07-2019 – 2º ADITIVO - Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviço em link de internet, banda larga, com velocidade de 600 Mbps, instalação em fibra Óptica, roteador e IP fixo. Vencedor: CAPIXABA TELECOMUNICAÇÃO LTDA-ME, no valor total de R\$ 1.918,80 (Hum mil, novecentos e dezoito reais e oitenta centavos);
- PREGÃO PRESENCIAL nº 01-2019 – Contrato nº 03-2019 - 2º ADITIVO – Objeto: Contratação de empresa para locação de solução informatizada de Gestão Pública, contemplando licença de uso, serviços de Implantação, treinamento para capacitação de pessoal técnico. Vencedor: UNIVERSALPREV SOFTWARE E CONSULTORIA LTDA, no valor de R\$ 67.200,00 (Sessenta e sete mil e duzentos reais);
- Dispensa de Licitação - Contrato nº 03-2020 – 1º ADITIVO - Objeto: Locação de Imóvel. Vencedor: Zakia Najjar Castro, no valor total de R\$ 20.400,00 (Vinte mil e quatrocentos reais);

Contratos

Em 2021 administrou-se contratos de prestação de serviços, conforme apresentação na tabela abaixo:

Nº DO CONTRATO	EMPRESA VENCEDORA	MODALIDADE	OBJETO	PRAZO	VALOR TOTAL
01/2021	Dvaloni Consultoria LTDA	Dispensa de Licitação	O presente contrato se refere-se à contratação de empresa especializada em Consultoria para estudo e/ou Reavaliação atuarial.	12 meses	R\$ 17.000,00
02/2021	DM SOLUTIONS LTDA ME	Dispensa de Licitação	O presente contrato tem por objeto contratação de empresa na prestação de serviço de locação e assistência técnica de impressoras	12 meses	4.800,00
03/2021	FLAVIO JOSÉ DE PAULA - ME	Dispensa de Licitação	Contratação emergencial de empresa especializada em serviço de manutenção e suporte a infraestrutura de sistema de informação	06 meses	17.400,00
04/2021	FLAVIO JOSÉ DE PAULA - ME	PREGÃO PRESENCIAL nº 01-2021	Contratação de empresa para prestação de serviços de Tecnologia e Segurança da Informação	12 meses	45.000,00
02/2020 1º ADITIVO	FAHM CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA	Dispensa de Licitação	O presente contrato refere-se à empresa especializada na prestação de Serviço de Consultoria Financeira.	12 meses	R\$ 8.700,00
03/2020 1º ADITIVO	ZAKIA NAJAR CASTRO	Dispensa de Licitação	O presente Contrato refere-se à locação de Imóvel.	12 meses	R\$ 20.400,00
03/2019 2º ADITIVO	UNIVERSALPREV SOFTWARE E CONSULTORIA LTDA	PREGÃO PRESENCIAL nº 01-2019	Constitui o objeto do presente contrato a Locação de uma solução informatizada de Gestão Pública, contemplando licenças de uso, serviços de implantação, treinamento para capacitação de pessoal técnico, conforme especificações constantes no TERMO DE REFERÊNCIA, que passa a fazer parte integrante do presente contrato como se transcritos fossem.	12 meses	R\$ 67.200,00
07/2019 2º ADITIVO	CAPIXABA TELECOMUNICAÇÕES LTDA-ME	Dispensa de Licitação	O presente contrato refere-se Contratação de empresa prestadora de serviços especializados nas seguintes condições: Um link de internet banda larga com alta velocidade de 120 Mbps, instalação de fibra Óptica, roteador e IP fixo.	12 meses	R\$ 1.918,80

DA GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

A gestão de investimentos do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE CONCEIÇÃO DA BARRA – PREVICOB, é própria. A estrutura de gestão da autarquia obedece a Lei de criação nº 01/2002 de 18 de março de 2002, reestruturada pela LCM 10/2006, de 20 de março de 2006. Nela consta a composição da Diretoria Executiva, que é formada pelo Diretor Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Procurador Jurídico, responsáveis diretos pela gestão dos recursos da autarquia, que obrigatoriamente precisam ser certificados pela ANBIMA, hoje apenas o Diretor Administrativo Financeiro é certificado em CPA-10. A Diretoria Financeira desempenha o controle e monitoramento dos fundos, aplicação, pesquisa e análise do mercado e dos fundos e instituições.

O Diretor Presidente, em conjunto com o Comitê de Investimentos, analisa os percentuais e avalia as atividades da assessoria financeira, porém os aportes, as definições e estratégias são discutidas no Comitê de Investimentos.

O Comitê de Investimentos é composto por servidores da autarquia ou do ente, e devem possuir certificação mínima – CPA-10, os encontros são mensais, mas podem ocorrer outras reuniões caso necessário.

Nas reuniões do Comitê de Investimento são apresentados: os relatórios mensais da carteira de investimentos, as rentabilidades e o desempenho da autarquia (gastos, ganhos e/ou perdas), além de sugestões de novos fundos de investimentos analisados e instituições financeiras. A Consultoria de Investimentos contratada tem como função auxiliar nas decisões de investimentos, apresentar cenários econômicos, analisar fundos de investimentos, principalmente os mais estruturados, e dar a sua avaliação para ajudar a diretoria executiva na tomada de decisão. A consultoria fornece uma plataforma que permite monitoramento diário da carteira, evolução quantitativa e qualitativa dos fundos de investimentos, simulações de composições e

enquadramentos da carteira, emissão de relatórios com análises e visões de mercado e de gestão financeira e, ainda, elabora um ranking demonstrativo do desempenho de todos RPPS que são usuários.

Política de Investimentos

Atendendo à Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, alterada pela Resolução CMN nº 4.392, de 19 de dezembro de 2014, pela Resolução CMN nº 4.604, de 19 de outubro de 2017 e posteriormente pela Resolução CMN nº 4.695, de 27 de novembro de 2018 (doravante denominada simplesmente “Resolução CMN nº 3.922/2010”), o Comitê de Investimentos e a Diretoria Executiva, elaborou sua Política de Investimentos para o exercício de 2019, devidamente analisada e aprovada por seu órgão superior competente Conselho Administrativo.

A elaboração da Política de Investimentos representa uma formalidade legal que fundamenta e norteia todos os processos de tomada de decisões relativo aos investimentos do Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, empregada como instrumento necessário para garantir a consistência da gestão dos recursos em busca do equilíbrio econômico-financeiro.

Os fundamentos para a elaboração da presente Política de Investimentos estão centrados em critérios técnicos de grande relevância. Ressalta-se que o principal a ser observado, para que se trabalhe com parâmetros sólidos, é aquele referente à análise do fluxo de caixa atuarial do PREVICOB, ou seja, o equilíbrio entre ativo e passivo, levando-se em consideração as reservas técnicas atuariais (ativos) e as reservas matemáticas (passivo) projetadas pelo cálculo atuarial.

A atual Política de Investimentos tem como objetivo estabelecer as diretrizes das aplicações dos recursos garantidores dos pagamentos dos segurados e beneficiários

do regime, visando atingir a meta atuarial definida para garantir a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro e atuarial, tendo sempre presentes os princípios da boa governança, da segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência.

A Política de Investimentos tem ainda, como objetivo específico, zelar pela eficiência na condução das operações relativas às aplicações dos recursos, buscando alocar os investimentos em instituições que possuam as seguintes características: **padrão ético de conduta, solidez patrimonial, histórico e experiência positiva, com reputação considerada ilibada no exercício da atividade de administração e gestão de grandes volumes de recursos e em ativos com adequada relação risco x retorno.**

Para cumprimento do objetivo específico e considerando as perspectivas do cenário econômico, a Política de Investimentos estabelece o plano de contingência, os parâmetros, as metodologias, os critérios, as modalidades e os limites legais e operacionais, buscando a mais adequada alocação dos ativos, à vista do perfil do passivo no curto, médio e longo prazo, atendendo aos requisitos da Resolução CMN nº 3.922/2010.

Metodologia e Critérios de Avaliação de Riscos

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE CONCEIÇÃO DA BARRA – PREVICOB, utiliza critérios pré-definidos pela Política de Investimentos do exercício corrente para determinar e avaliar os riscos dos investimentos estruturados. A escala de ratings dada pelas agências de risco é um dos critérios. O patrimônio do fundo, a volatilidade, sua relação com o benchmark, a composição da carteira, seu enquadramento e principalmente seu comportamento ao longo dos períodos.

A estrutura e seriedade dos gestores, administradores e custodiantes, como é a instituição financeira que irá administrar os fundos de investimentos que receberá os recursos previdenciários dos nossos servidores. Os investimentos do INSTITUTO são de longo prazo e necessitam de estabilidade e rentabilidade, porém os gestores dos recursos precisam constantemente prestar contas, no curto prazo. É uma tarefa difícil.

Análise da Carteira de Investimentos

Composição da Carteira de Investimentos

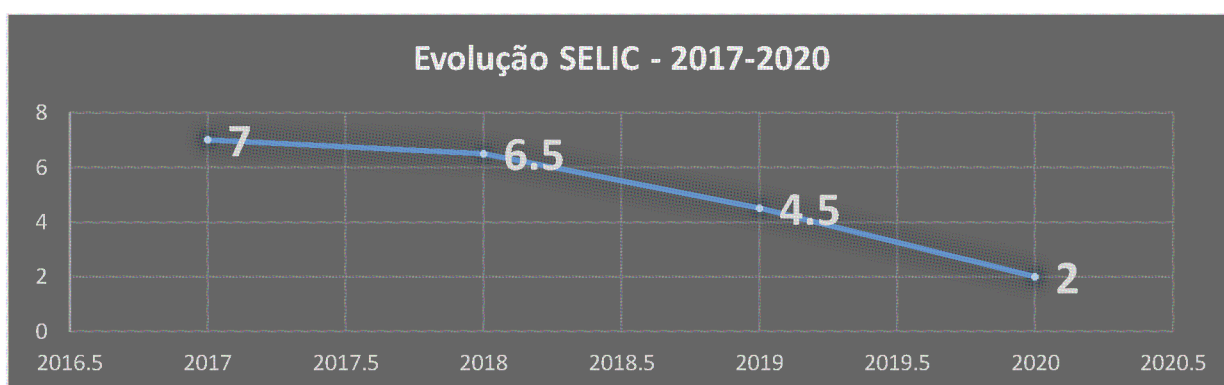
Produto / Fundo	Resgate	Carência	Saldo	Particip. S/ Total	Cotistas	% S/ PL do Fundo	Enquadramento
BANESTES IMA-B FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+0	Não há	1.158.899,89	2,52%	33	0,58%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b ' '
BANESTES REFERENCIAL IRF-M 1 FI RENDA FIXA	D+1	Não há	1.771.489,89	3,86%	20	0,67%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b ' '
BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVI...	D+2	Não há	2.449.899,84	5,34%	256	0,24%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b ' '
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVI...	D+0	Não há	7.758.278,06	16,90%	1.127	0,12%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b ' '
BB IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDEN...	D+1	Não há	4.685.179,32	9,99%	640	0,09%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b ' '
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA	D+0	Não há	1.517.942,13	3,31%	945	0,01%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b ' '
CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA ...	D+0	Não há	2.830.852,65	6,17%	301	0,21%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b ' '
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIX...	D+0	Não há	633.353,31	1,38%	840	0,01%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b ' '
CAIXA BRASIL IRF-M 1+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA ...	D+0	Não há	3.000.451,66	6,54%	258	0,25%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b ' '
BANESTES INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA	D+0	Não há	1.255.374,36	2,73%	141	0,56%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea ' a ' '
BANESTES INVESTIDOR AUTOMÁTICO FI RENDA FIXA CUR...	D+0	Não há	733.805,27	1,60%	14.824	0,07%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea ' a ' '
BANESTES LIQUIDEZ FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	D+0	Não há	6.950.016,85	15,14%	205	0,27%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea ' a ' '
BANESTES VIP DI FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	D+0	Não há	6.981.404,46	15,21%	2.110	2,41%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea ' a ' '
BB AUTOMÁTICO SETOR PÚBLICO FIC RENDA FIXA CURTO...	D+0	Não há	1.320.633,11	2,88%	172.885	0,00%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea ' a ' '
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC RENDA FIXA	D+0	Não há	9.814,83	0,02%	305	0,00%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea ' a ' '
CAIXA BRASIL IBX-50 FIAÇÕES	D+4	Não há	2.410.154,55	5,25%	111	0,22%	Artigo 8º, Inciso I, Alínea ' a ' '
CAIXA RIO BRAVO FUNDO DE FUNDOS FII - CXRI11	Não se ...	Não se aplica	545.920,00	1,19%		0,39%	Artigo 8º, Inciso IV, Alínea ' b ' '
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	D+0		11.810,22	0,03%		0,00%	DF - Artigo 6º
Total para cálculo dos limites da Resolução			45.913.470,18				
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS			11.810,22				Artigo 6º
PL Total			45.925.280,40				

A carteira de investimentos do PREVICOB, está concentrada, majoritariamente no segmento de renda fixa, contemplando quase o limite total permitido pela Resolução CMN nº3.922/2010 para o segmento.

A disposição da carteira demonstra uma gestão conservadora, que busca a obtenção ajustada dos investimentos na volatilidade dos fundos de investimentos compostos de títulos públicos, que pode proporcionar resultados no curto prazo, havendo apenas a diligência na mitigação dos riscos em títulos públicos para a obtenção dos retornos. A eficiência transcorre da análise adequada dos ativos que contemplam a carteira de

investimentos, bem como os ativos que virão a contemplar, e acompanhamento constante do cenário econômico atual.

O perfil conservador está presente nos últimos 3 anos consecutivos. A estratégia de manutenção nesta classe de ativos deu-se principalmente em função da redução da taxa de juros básica (SELIC) pelo Banco Central do Brasil ao longo do triênio, chegando aos atuais 2,00% ao ano.



Outra característica da carteira de investimentos é a pulverização dos ativos investidos.

Com a pulverização² do portfólio, diferentemente da diversificação, contribuiu para que o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE CONCEIÇÃO DA BARRA – PREVICOB, obtivesse resultado satisfatório em termos de retornos dos investimentos em 2021

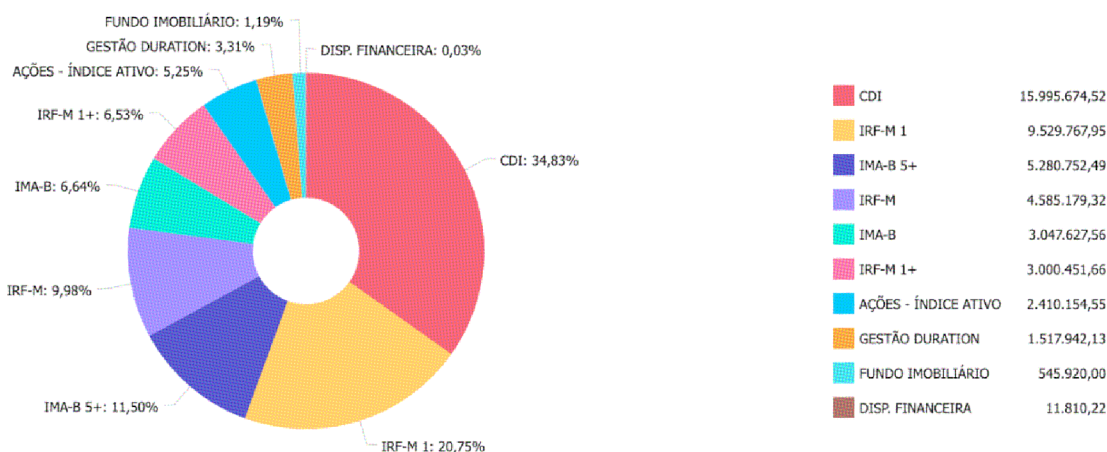
No exercício de 2021, o INSTITUTO manteve seus recursos, majoritariamente, em fundos que aplicam seus recursos em Títulos Públicos Federais (pré e pós-fixados) com diversos vencimentos. No entanto, os ativos pré-fixados, em NTN-B – Nota do Tesouro Nacional, serie B, apresentaram resultados insatisfatórios devido ao efeito da

² Diversificação é uma técnica de redução de risco a partir da alocação de investimentos entre vários ativos de diferentes categorias. A maioria dos profissionais concorda que apesar desta técnica não prevenir perda, diversificação é o componente principal para atingir objetivos de longo prazo com menor risco. Nem mesmo a melhor análise dos fundamentos de uma empresa e suas demonstrações financeiras podem garantir que ela não seja um mal investimento. A diversificação não impede uma perda, mas pode reduzir seu o impacto no portfólio. Com a diversificação é possível maximizar os retornos investindo em ativos que se comportam diferente ao mesmo evento do mercado. Sem isso, não importa quão diversificados sejam seus tipos de ativos, eles podem estar vulneráveis ao mesmo risco. Portanto, é fundamental para os investidores evitar a escolha de investimentos para seus portfólios altamente correlacionados. É importante notar que, dentro das práticas de gerenciamento de portfólio, há uma distinção entre diversificação ingênua e diversificação efetiva (também chamada de diversificação ótima).

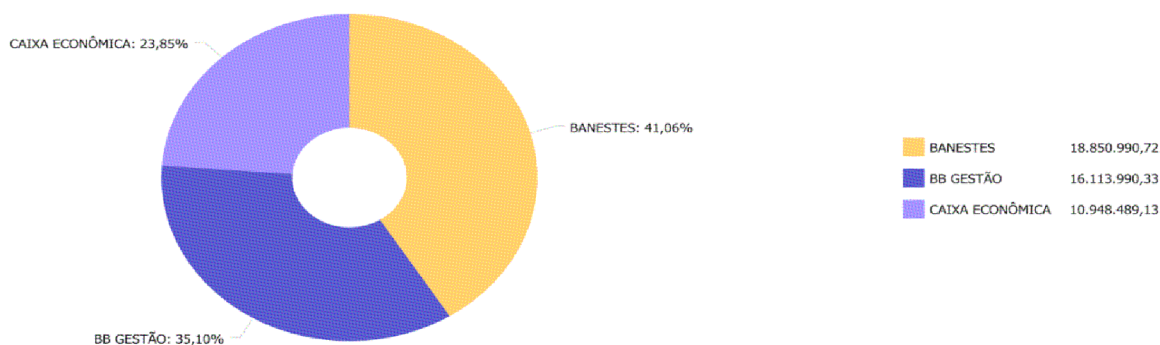
marcação a mercado³ dos títulos. Com a reversão da curva de juros, e consequentemente resultado aquém do esperado nos ativos de renda fixa pré-fixado, o PREVICOB decidiu pela diversificação no segmento de renda variável, de forma moderada e sempre com o apoio da Consultoria contratada para dar suporte aos membros do Comitê de Investimentos, com análises prévias dos fundos de investimentos.

Distribuição dos Ativos

Por subsegmento



Por Administrador e por Gestão



Na carteira de investimentos PREVICOB, estão presentes quatro Instituições Financeiras, sendo a maior concentração em Banco do Estado do Espírito Santo - BANESTES e posteriormente no BB Gestão de Recursos DTVM, tanto para a

³ <https://einvestidor.estadao.com.br/colunas/rafael-paschoarelli/renda-fixa-marcacao-a-mercado>

Administração quanto para a Gestão dos Recursos, o mesmo acontece com a terceira Instituição Financeira, a CAIXA ECONOMICA FEDERAL. Tal cenário não se trata de uma situação que se manteve estática ao longo do ano, houve migrações de recursos de acordo com as oportunidades para alcançar melhores resultados;

Todas as instituições financeiras das quais recebem recursos são idôneas e obviamente de baixo risco, além de deterem posições importantes, segundo informações disponibilizadas no site da ANBIMA – Ranking de Administradores e Gestores⁴.

Rentabilidade

Rentabilidade da Carteira de Investimentos no exercício de 2020

Mês	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo no Mês	Retorno	Retorno Acum	Retorno Mês	Retorno Acum	Meta Mês	Meta Acum	Gap Acum	VaR
Janeiro	49.650.267,70	79.164.892,79	79.719.717,05	48.441.661,43	-653.782,01	-653.782,01	-1,32%	-1,32%	0,67%	0,67%	-196,51%	3,19%
Fevereiro	48.441.661,43	957.598,49	1.013.282,37	47.543.115,70	-842.861,85	-1.496.643,86	-1,74%	-3,03%	1,24%	1,92%	-158,12%	2,43%
Março	47.543.115,70	37.246.006,73	37.266.278,05	47.208.650,63	-314.193,75	-1.810.837,61	-0,66%	-3,67%	1,42%	3,36%	-109,29%	3,02%
Abril	47.208.650,63	1.397.657,28	1.467.666,67	47.400.321,75	261.580,51	-1.549.257,10	0,55%	-3,14%	0,73%	4,12%	-76,29%	2,21%
Mai	47.400.321,75	1.545.926,81	1.596.096,17	47.640.362,48	290.210,09	-1.259.047,01	0,61%	-2,55%	1,27%	5,44%	-46,81%	2,13%
Junho	47.640.362,48	14.706.083,78	14.734.311,11	47.666.836,34	52.701,19	-1.206.345,82	0,11%	-2,44%	0,97%	6,47%	-37,72%	2,46%
Julho	47.666.836,34	872.041,31	922.625,39	47.205.097,65	-411.154,61	-1.617.500,43	-0,86%	-3,28%	1,43%	7,99%	-41,09%	2,52%
Agosto	47.205.097,65	3.015.480,36	3.032.302,49	46.514.913,53	-673.361,99	-2.290.862,42	-1,43%	-4,66%	1,34%	9,43%	-49,44%	3,54%
Setembro	46.514.913,53	10.133.433,27	10.181.541,47	46.077.529,67	-389.275,66	-2.680.138,08	-0,84%	-5,46%	1,61%	11,18%	-48,81%	2,29%
Outubro	46.077.529,67	10.751.279,11	10.889.107,70	45.051.014,48	-888.686,60	-3.568.824,68	-1,93%	-7,28%	1,67%	13,05%	-56,82%	2,40%
Novembro	45.051.014,48	1.441.403,45	1.506.392,88	45.552.318,09	566.293,04	-3.002.531,64	1,26%	-6,12%	1,37%	14,60%	-41,90%	2,05%
Dezembro	45.552.318,09	1.630.111,95	1.711.329,63	45.913.470,18	442.369,77	-2.560.161,87	0,97%	-5,21%	1,22%	15,99%	-32,55%	1,48%

O PREVICOB auferiu a critério de rentabilidade, o retorno anualizado de -5,21 % frente a meta atuarial IPCA+5,41% de 15,99 %, cumprindo -32,55 % do resultado.

O retorno negativo foi ocasionado pelo cenário econômico local e internacional durante a pandemia que assolou, e assola, o mundo todo em detrimento econômico e financeiro das economias globais, pela gestão ativa dos gestores do INSTITUTO,

⁴ Acesso: http://www.anbima.com.br/pt_br/informar/ranking/fundos-de-investimento/gestores.htm

onde os ativos atrelados a títulos públicos de médio, longo e longuíssimos prazos, proporcionando retornos acumulados acima dos subíndices da família de índices de mercados da ANBIMA⁵.

Como é de conhecimento geral, 2021 foi um ano complicado em diversos setores da economia. O Covid- 19 continuou sendo o principal causador da alta volatilidade dos mercados globais, já que muitos países passaram e estão passando por medidas restritivas, incluindo o Brasil, que iniciou o ano com muitos comércios fechados na tentativa de conter a disseminação do vírus.

No início do ano foi registrada a segunda onda do Coronavírus, o que resultou em novas paralizações nos mais diversos setores e conseqüentemente a bolsa de valores foi afetada negativamente. Durante esse período, os impactos registrados foram piores que o da primeira onda, com números de infectados e de mortos batendo recordes, causando colapsos nas redes de saúde ao faltar oxigênios e remédios em hospitais, além da lotação dos leitos de UTI em um momento que ainda não tínhamos vacinas sendo aplicadas.

Entretanto, também tivemos momentos positivos para a bolsa de valores. Em 28 de maio, o Ibovespa encerrou o dia com máxima histórica de 125.561 pontos e o valor da cotação do dólar cair após dados de alta da inflação norte americana serem divulgados. Já em 07 de junho o índice brasileiro registrou nova máxima histórica ao alcançar os 131.190 pontos na máxima do dia, dados relacionados com a esperança dos avanços da vacinação mundial e após o presidente da Câmara, Arthur Lira, reforçar o compromisso com uma agenda de privatização e afirmar que não considera a melhor solução postergar o auxílio emergencial.

Durante o ano passamos por alguns momentos nos quais os caminhoneiros anunciaram que fariam greve nacional, a fim de protestar contra o aumento nos

5 IMA-B: representa títulos indexados ao IPCA; IMA-C: representa títulos indexados ao IGP-M; IMA-S: representa títulos pós-fixados pela taxa Selic; IRF-M: representa títulos prefixados; IMA-Geral ex-C: carteira que exclui títulos indexados ao IGP-M, por conta da não emissão de novos títulos e baixa liquidez observada no segmento.

preços dos combustíveis. Essa medida gerou grandes preocupações para o governo e para os cidadãos, já que o mesmo movimento aconteceu em 2018 e ocasionou na falta de mercadorias para estabelecimentos e de combustíveis.

No segundo semestre de 2021 tivemos as votações da PEC dos Precatórios, a emenda constitucional permitiu o parcelamento do pagamento dos precatórios (dívidas do governo reconhecidas em caráter definitivo pela Justiça) e possui potencial para liberar R\$ 108,4 bilhões em gastos federais em 2022, sendo maior do que se era previsto. Com essa mudança, o teto passará a considerar o IPCA efetivo dos seis primeiros meses do ano e as projeções para a inflação nos seis meses finais do ano, com isso tivemos alta volatilidade na bolsa de valores.

Além disso, já foi perceptível o início das movimentações do mercado nacional em razão das eleições presidenciais estarem se aproximando, o qual ocasionou uma maior volatilidade no mercado financeiro devido as incertezas governamentais.

O ano de 2021 foi marcado pela alta da inflação em todo o país, com a maioria dos registros mensais maiores do que as projeções realizadas. O IPCA acumulou alta de 10,06% no ano, sendo outubro o mês de maior variação, ao registrar 1,25%. Já o mês que possuiu menor variação foi janeiro, seguido de abril, com resultados de 0,25% e 0,31% respectivamente.

Os grupos de maiores impactos na inflação foram transportes, com aumento de 49,02% nos preços dos combustíveis; habitação, com aumento de 21,21% nos preços da energia elétrica, além do expressivo aumento nos preços dos alimentos e das bebidas.

Por outro lado, para tentar conter os avanços da inflação, o Copom elevou a taxa Selic, a deixando em altos patamares. A taxa básica encerrou o ano a 9,25%, muito acima da meta estabelecida que era de 3,75%, com 1.5 ponto percentual de margem

para cima ou para baixo. Como resultado, ocorre desestímulo na economia e as empresas e pessoas deixam de realizar investimentos.

No cenário externo, a China enfrentou a crise energética que deixou diversas famílias do nordeste do país sem energia elétrica durante vários períodos por meses. Como resultado, muitos países poderiam sofrer com a falta de mercadorias, incluindo o Brasil, tendo em vista que a China é uma das maiores potenciais econômicas do mundo.

Entretanto, o governo chinês determinou uma acelerada expansão das minas de carvão. Além de baixar as reformas de mercado abrangentes, ao obrigar todas as usinas de energia elétrica a carvão a vender no mercado de atacado, ao autorizar que os preços da energia elétrica subam 20% e ao elevar os tetos de preços que beneficiavam alguns grandes usuários.

Em 2021, o banco central norte americano (FED), informou que os estímulos à economia começariam a ser retirados de maneira acelerada, além de divulgarem que as expectativas são de que a taxa de juros aumente três vezes em 2022.

O Brasil também deve ser impactado, com um possível fluxo de recursos saindo de países emergentes e migrando para a renda fixa americana. Dessa maneira, alguns investidores deixarão de investir no Brasil e aproveitarão as oportunidades da economia norte americana.

Além disso, outro impacto que o Brasil poderá sofrer é com a desvalorização do real ainda maior ante ao dólar.

Fazemos um pequeno adendo para a diferença entre aplicar e investir, onde muitos não têm esse conceito bem definido e que em momentos como esse, é imprescindível saber a diferença.

Aplicar remete a uma aplicação de dinheiro, visando rendimentos no curto prazo. "Vou aplicar nesse fundo e daqui 3 meses saco com o meu percentual de lucro". Essa frase é muito ouvida no dia a dia do mercado financeiro.

Já investir, remete ao longo prazo." Vou investir nessa empresa, visando crescer meu patrimônio com o crescimento de lucros dela".

É imprescindível que o RPPS tenha em mente que são investidores, que investem para o longo prazo, atitude essa, que historicamente releva ser uma ótima atitude para quem se expõe em renda variável.

Conforme tabela a seguir, conclui-se que é impossível prever qual investimento obterá sempre a sua melhor performance, se tratando de renda variável e no curto prazo, se fosse possível, todos estaríamos em situação melhor.

2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
43,65%	31,94%	110,97%	21,85%	15,69%	36,85%	14,64%	16,60%	47,01%	38,94%	32,97%	40,55%	44,97%	28,93%	16,64%
39,12%	13,79%	82,66%	17,04%	15,11%	34,21%	12,29%	14,54%	17,26%	36,47%	26,86%	17,13%	31,58%	20,12%	7,46%
19,10%	12,38%	23,52%	13,04%	14,48%	26,68%	8,06%	13,39%	15,46%	31,04%	12,79%	15,41%	30,37%	10,85%	5,91%
14,04%	12,31%	18,95%	12,24%	12,87%	16,98%	6,37%	12,82%	13,24%	24,81%	12,75%	15,03%	22,95%	8,10%	4,57%
13,17%	11,03%	14,97%	10,91%	12,58%	12,16%	2,78%	11,64%	8,88%	15,48%	12,58%	13,06%	13,15%	8,10%	4,42%
11,82%	7,90%	10,52%	9,75%	11,60%	8,94%	0,02%	10,81%	8,07%	14,00%	9,95%	9,94%	10,56%	6,47%	2,94%
10,67%	7,50%	9,88%	6,90%	7,45%	8,40%	-10,02%	7,08%	5,71%	12,64%	8,12%	9,87%	6,17%	6,19%	-1,26%
7,70%	-41,22%	6,92%	1,04%	-5,91%	7,40%	-15,50%	-2,91%	-9,62%	8,30%	6,80%	6,42%	5,96%	2,92%	-6,55%
-17,15%	-42,34%	-25,49%	-4,31%	-18,11%	6,48%	-17,07%	-6,01%	-13,31%	-16,54%	1,50%	6,17%	4,02%	2,78%	-11,93%

Gestão Livre

IMA-B 5+

CDI

Poupança

IPCA + 6%

Dólar

IBOV

IMA-B

IMA-B 5

Quanto aos baixos rendimentos no período, não são frutos geralmente de má gestão, e sim de momentos atípicos e imprevisíveis promovidos pelo mercado. Podemos nos basear em acontecimentos passados, analisar o cenário econômico atual e traçar estratégias com viés racional e histórico, a fim de obter as melhores rentabilidades, de acordo com a realidade do mercado.

Entretanto tais medidas não garantem a total proteção das carteiras, principalmente em períodos de crise, e sim retratam estratégias que buscam a mitigação dos riscos sistêmicos aliado à procura de rentabilidade no longo prazo.

A rentabilidade negativa do PREVICOB, foi observada tanto em renda variável, onde a rentabilidade foi a pior em anos, quanto em renda fixa, onde indicadores que obtém estratégias de longo prazo, sofreram de volatilidade semelhante. Fato resultante do cenário econômico vivido.

Evolução do Patrimônio

Houve uma evolução negativa patrimonial de R\$ 3.736.797,52, no exercício de 2021 e um retorno financeiro de aproximadamente de -R\$ 2.560.161,87. No entanto, ao consideramos os exercícios compreendidos entre 2016 e 2021, a evolução patrimonial é R\$ 12.082.364,65, ou 35,70%. Em igual período, a inflação medida pelo IPCA acumulada foi de 36,20%.

Retomada do plano de Amortização Atuarial a partir de 2018 e a maior eficiência e eficácia no modelo de investimento dos recursos do PREVICOB contribuíram para que a situação de arrecadação e patrimonial em 2021 não sofressem danos mais drásticos;

Evolução do Patrimônio



Enquadramento da Carteira de Investimentos / Política de Investimentos

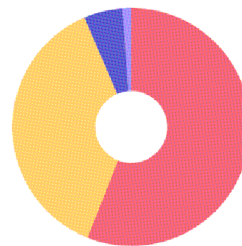
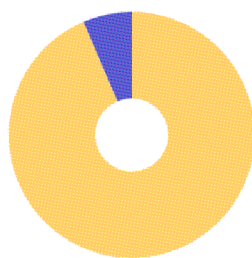
O PREVICOB, embora, tenha adotado todas as medidas de proteção e modelos de investimentos de acordo com a Resolução nº 3922/CMN e, também, com a Política de Investimentos traçada para o ano, não concluiu, especificamente o exercício 2021, com resultados dentro das expectativas do planejamento.

Enquadramento

Artigos - Renda Fixa	Resolução	Carteira \$	Carteira	Estratégia de Alocação - 2021			GAP Superior
				Inf	Alvo	Sup	
Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '	100,00%	25.706.346,75	55,99%	15,00%	25,00%	100,00%	20.207.123,43
Artigo 7º, Inciso III, Alínea ' a '	60,00%	0,00	0,00%	5,00%	10,00%	60,00%	27.548.082,11
Artigo 7º, Inciso IV, Alínea ' a '	40,00%	17.251.048,88	37,57%	10,00%	30,00%	40,00%	1.114.339,19
Artigo 7º, Inciso VI, Alínea ' a '	15,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%	6.887.020,53
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea ' a '	5,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%	2.295.673,51
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea ' b '	5,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%	2.295.673,51
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea ' c '	5,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%	2.295.673,51
Total Renda Fixa	100,00%	42.957.395,63	93,56%	30,00%	65,00%	230,00%	

Artigos - Renda Variável	Resolução	Carteira \$	Carteira	Estratégia de Alocação - 2021			GAP Superior
				Inf	Alvo	Sup	
Artigo 8º, Inciso I, Alínea ' a '	30,00%	2.410.154,55	5,25%	0,00%	5,00%	30,00%	11.363.886,50
Artigo 8º, Inciso II, Alínea ' a '	20,00%	0,00	0,00%	0,00%	10,00%	20,00%	9.182.694,04
Artigo 8º, Inciso III	10,00%	0,00	0,00%	0,00%	10,00%	10,00%	4.591.347,02
Artigo 8º, Inciso IV, Alínea ' a '	5,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%	2.295.673,51
Artigo 8º, Inciso IV, Alínea ' b '	5,00%	545.920,00	1,19%	0,00%	5,00%	5,00%	1.749.753,51
Total Renda Variável	30,00%	2.956.074,55	6,44%	0,00%	30,00%	70,00%	

Artigos - Exterior	Resolução	Carteira \$	Carteira	Estratégia de Alocação - Limite - 2021			GAP Superior
				Inferior	Alvo	Superior	
Artigo 9º, Inciso III	10,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%	2.295.673,51
Total Exterior	10,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%	



RENDA FIXA 42.957.395,63

RENDA VARIÁVEL 2.956.074,55

7º I b 7º IV a 8º I a 8º IV b

Liquidez

Liquidez da Carteira de Investimentos Ano 2021

Finalidade	Valor R\$	%
Liquidez imediata	R\$ 45.925.280,40	100%
Acima de D+33	R\$ 0,00	0,00%
Ilíquidos	R\$ 0,00	0,00%
Total	R\$ 45.925.280,40	100%

A carteira de investimentos possui liquidez imediata de 100% para auxílio no cumprimento das obrigações do INSTITUTO.

Segmento Renda Fixa

Composição do Segmento (Base 12/2021)

Ativos Renda Fixa	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno (R\$)	Retorno (%)	(%) Instit	Var - Mês
CAIXA BRASIL IRF-M 1+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FI...	2.933.925,19	0,00	0,00	3.000.451,66	66.526,47	2,27%	2,27%	2,07%
BB IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCI...	4.530.249,74	0,00	30.000,00	4.585.179,32	84.929,58	1,87%	1,88%	1,54%
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDE...	7.693.316,01	0,00	0,00	7.758.278,06	64.962,05	0,84%	0,84%	0,20%
BANESTES LIQUIDEZ FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	6.895.447,62	0,00	0,00	6.950.016,85	54.569,23	0,79%	0,79%	0,03%
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA	1.739.421,52	0,00	235.000,00	1.517.942,13	13.520,61	0,78%	0,83%	0,23%
BANESTES VIP DI FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	6.930.652,65	0,00	0,00	6.981.404,46	50.751,81	0,73%	0,73%	0,03%
BANESTES REFERENCIAL IRF-M 1 FI RENDA FIXA	2.255.653,89	0,00	500.000,00	1.771.489,89	15.836,00	0,70%	0,79%	0,10%
BB AUTOMÁTICO SETOR PÚBLICO FIC RENDA FIXA CURTO P...	730.790,82	646.032,64	63.257,80	1.320.633,11	7.067,45	0,51%	0,59%	0,02%
BANESTES ESTRATÉGIA FIC RENDA FIXA	150.141,64	0,00	150.809,69	0,00	668,05	0,44%	0,70%	0,31%
BANESTES INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA	1.250.060,58	0,00	0,00	1.255.374,36	5.313,78	0,43%	0,43%	2,00%
BANESTES INVESTIDOR AUTOMÁTICO FI RENDA FIXA CURTO...	413.734,19	750.933,94	433.793,63	733.805,27	2.930,77	0,25%	0,53%	0,02%
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA ...	632.030,19	0,00	0,00	633.353,31	1.323,12	0,21%	0,21%	2,16%
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC RENDA FIXA	74.829,61	233.145,37	298.468,51	9.814,83	308,36	0,10%	0,63%	0,02%
BANESTES IMA-B FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1.158.116,00	0,00	0,00	1.158.899,89	783,89	0,07%	0,07%	2,45%
BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDE...	2.457.924,78	0,00	0,00	2.449.899,84	-8.024,94	-0,33%	-0,33%	3,58%
CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FI...	2.840.563,36	0,00	0,00	2.830.852,65	-9.710,71	-0,34%	-0,34%	3,55%
Total Renda Fixa	42.686.857,79	1.630.111,95	1.711.329,63	42.957.395,63	351.755,52	0,82%		0,96%

Segmento Renda Variável

Composição do Segmento (Base 12/2021)

Ativos Renda Variável	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno (R\$)	Retorno (%)	(%) Instit	Var - Mês
CAIXA BRASIL IBX-50 FI AÇÕES	2.321.460,30	0,00	0,00	2.410.154,55	88.694,25	3,82%	3,82%	9,21%
CAIXA RIO BRAVO FUNDO DE FUNDOS FII - CXRI11	544.000,00	0,00	0,00	545.920,00	1.920,00	0,35%	0,35%	8,41%
Total Renda Variável	2.865.460,30	0,00	0,00	2.956.074,55	90.614,25	3,16%		9,06%

Risco e Retorno

A relação risco-retorno faz parte da rotina do investidor, em proporções previsíveis: quanto maior o risco, maior o retorno esperado. Os grandes riscos estão correlacionados com os grandes retornos e vice-versa. O gráfico a seguir demonstra o comportamento dos fundos perante o Risco de Mercado⁶, durante o período de 12 (doze) meses.

Nome	Retorno (%)					VaR	Volatilidade
	Mês	Ano	06 meses	12 meses	03 meses		
BANESTES IMA-B FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,07	-7,16	-3,81	-7,01	0,08	3,88%	8,17%
BANESTES INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA	0,43	-5,86	-2,09	-5,66	1,09	3,88%	8,18%
BANESTES INVESTIDOR AUTOMÁTICO FI RENDA FIXA CURTO PRAZO	0,53	2,33	1,87	2,33	1,22	0,05%	0,11%
BANESTES LIQUIDEZ FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	0,79	5,50	3,54	5,52	1,99	0,12%	0,26%
BANESTES REFERENCIAL IRF-M 1 FI RENDA FIXA	0,79	1,81	2,18	1,82	1,53	0,42%	0,88%
BANESTES VIP DI FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	0,73	5,05	3,20	5,06	1,83	0,16%	0,35%
BB AUTOMÁTICO SETOR PÚBLICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	0,59	2,51	2,09	2,52	1,36	0,06%	0,13%
BB FLUXO FIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	0,67	3,27	2,47	3,27	1,58	0,06%	0,13%
BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	-0,33	-6,78	-4,71	-6,72	0,01	4,30%	9,05%
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,84	2,64	1,94	2,65	1,10	0,30%	0,64%
BB IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1,88	-2,28	-0,54	-2,27	0,93	1,67%	3,51%
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC RENDA FIXA	0,63	3,29	2,39	3,29	1,49	0,06%	0,12%
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA	0,83	-0,11	-0,83	-0,08	1,07	1,10%	2,32%
CAIXA BRASIL IBX-50 FI AÇÕES	3,82	-11,29	-19,69	-11,29	-5,58	9,93%	20,90%
CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	-0,34	-7,00	-4,91	-6,94	-0,14	4,27%	8,99%
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	0,21	-1,53	-1,02	-1,47	1,00	2,73%	5,76%
CAIXA BRASIL IRF-M 1+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	2,27	-5,31	-1,85	-5,30	0,86	2,41%	5,08%
CAIXA RIO BRAVO FUNDO DE FUNDOS FII - CXRI11	1,02	-46,52	-11,96	-46,52	-3,40	10,81%	22,77%

Nome	dez/21	nov/21	out/21	set/21	ago/21	jul/21	jun/21	mai/21	abr/21	mar/21	fev/21	jan/21
BANESTES IMA-B FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,07	3,24	-3,13	-0,87	-1,95	-0,72	0,74	1,14	0,75	-1,53	-2,46	-2,48
BANESTES INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA	0,43	3,17	-2,43	-0,60	-1,65	-0,56	0,61	1,29	1,32	-1,88	-2,62	-2,89
BANESTES INVESTIDOR AUTOMÁTICO FI RENDA FIXA CURTO PRAZO	0,53	0,39	0,30	0,25	0,23	0,17	0,16	0,13	0,07	0,04	0,01	0,01
BANESTES LIQUIDEZ FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	0,79	0,67	0,52	0,61	0,43	0,50	0,37	0,35	0,27	0,41	0,26	0,21
BANESTES REFERENCIAL IRF-M 1 FI RENDA FIXA	0,79	0,59	0,14	0,33	0,27	0,07	0,08	0,10	0,38	-0,26	-0,27	-0,43
BANESTES VIP DI FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	0,73	0,62	0,46	0,56	0,37	0,44	0,32	0,29	0,21	0,57	0,21	0,15
BB AUTOMÁTICO SETOR PÚBLICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	0,59	0,44	0,33	0,28	0,26	0,20	0,16	0,12	0,07	0,04	0,01	0,01
BB FLUXO FIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	0,67	0,51	0,40	0,35	0,30	0,25	0,22	0,19	0,11	0,10	0,05	0,08
BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	-0,33	4,44	-3,93	-1,30	-2,24	-0,78	0,77	1,35	0,48	-1,19	-2,32	-1,70
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,84	0,77	-0,52	0,37	0,33	0,16	0,18	0,18	0,24	0,02	0,00	0,03
BB IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1,88	1,80	-2,68	-0,38	-0,65	-0,50	0,17	0,16	0,81	-0,85	-1,19	-0,80
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC RENDA FIXA	0,63	0,47	0,38	0,33	0,32	0,26	0,24	0,20	0,14	0,12	0,07	0,08
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA	0,83	0,91	-0,66	0,35	-1,45	-0,78	0,00	0,24	0,66	0,30	-0,51	0,03
CAIXA BRASIL IBX-50 FI AÇÕES	3,82	-2,58	-6,64	-7,25	-4,05	-3,74	0,57	6,33	3,35	5,92	-3,54	-2,87
CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	-0,34	4,35	-3,98	-1,27	-2,36	-0,76	0,77	1,39	0,45	-1,20	-2,35	-1,70
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	0,21	3,44	-2,56	-0,16	-1,14	-0,40	0,40	1,04	0,63	-0,47	-1,54	-0,87
CAIXA BRASIL IRF-M 1+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	2,27	2,19	-3,49	-0,78	-1,16	-0,87	0,17	0,15	1,11	-1,49	-1,99	-1,39
CAIXA RIO BRAVO FUNDO DE FUNDOS FII - CXRI11	1,02	-3,59	-0,82	-1,41	-0,41	-10,98	-8,03	-2,96	-3,95	2,13	-13,66	-16,19
CDI	0,76	0,59	0,48	0,44	0,42	0,36	0,30	0,27	0,21	0,20	0,13	0,15

⁶ Risco de Mercado: origina-se da variação no valor dos ativos causada pelas incertezas acerca das mudanças nos preços e taxas de mercado (estando aí inclusos juros, ações, cotações de moedas estrangeiras e preços de commodities), mudanças na correlação (interação) entre eles e nas suas volatilidades.

Retorno dos Investimentos nos Últimos Anos

2017

Mês	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno (\$)	Retorno (%)	Meta (%)	Gap (%)	VaR (%)
Janeiro	33.442.231,15	496.366,32	335.749,99	34.087.769,64	484.922,16	1,44%	0,93%	154,82%	1,63%
Fevereiro	34.087.769,64	333.039,65	282.784,80	34.884.760,72	746.736,23	2,19%	0,66%	332,39%	0,96%
Março	34.884.760,72	700.704,20	1.563.818,94	34.331.122,78	309.476,80	0,89%	0,85%	103,77%	1,24%
Abril	34.331.122,78	1.009.526,01	542.586,39	34.880.173,14	82.110,74	0,24%	0,50%	47,44%	1,01%
Mai	34.880.173,14	382.270,48	479.593,21	34.793.152,03	10.301,62	0,03%	0,87%	3,39%	5,11%
Junho	34.793.152,03	752.030,75	840.911,82	35.000.911,30	296.640,34	0,85%	0,19%	460,12%	1,14%
Julho	35.000.911,30	350.299,12	505.156,65	35.533.370,02	687.316,25	1,96%	0,66%	298,63%	1,20%
Agosto	35.533.370,02	413.813,54	551.450,39	35.664.776,51	269.043,34	0,76%	0,50%	150,51%	0,95%
Setembro	35.664.776,51	1.399.041,72	1.414.605,64	36.121.150,23	471.937,64	1,32%	0,44%	298,41%	0,83%
Outubro	36.121.150,23	439.183,48	648.842,97	35.985.094,72	73.603,98	0,20%	0,86%	23,73%	1,07%
Novembro	35.985.094,72	419.400,29	596.656,89	35.804.873,72	-2.964,40	-0,01%	0,64%	-1,29%	0,92%
Dezembro	35.804.873,72	348.758,14	692.456,44	35.694.657,30	233.481,88	0,65%	0,72%	89,98%	0,72%
Acumulado no ano					3.662.606,58	11,02%	8,11%	135,85%	

Em 2017, a carteira de ativos estava distribuída em fundos cuja composição buscavam os índices referenciados da ANBIMA, sendo que 44% eram atrelados ao IRF-M1, 24% IMA-B e 25% em CDI. O saldo ficou em fundos estruturados, de baixa liquidez. A rentabilidade auferida foi de 11,02%. Já a Meta Atuarial, em igual período atingiu 8,11%, o PREVICOB, alcançou, portanto 135% da meta estabelecida.

2018

Mês	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo no Mês	Retorno	Retorno Acum	Retorno Mês	Retorno Acum	Meta Mês	Meta Acum	Gap Acum	VaR
Janeiro	35.694.657,30	909.470,61	1.144.966,93	36.041.674,15	582.513,17	582.513,17	1,63%	1,63%	0,80%	0,80%	203,62%	0,88%
Fevereiro	36.041.674,15	254.560,58	350.466,48	36.136.338,87	190.572,62	773.085,79	0,53%	2,17%	0,74%	1,55%	140,34%	0,91%
Março	36.136.338,87	459.840,83	491.262,63	36.347.718,73	242.801,66	1.015.887,45	0,67%	2,86%	0,58%	2,13%	133,95%	0,72%
Abril	36.347.718,73	354.914,35	606.846,70	36.162.642,31	66.855,93	1.082.743,38	0,18%	3,04%	0,71%	2,85%	106,66%	0,76%
Mai	36.162.642,31	216.594,83	522.182,82	35.539.283,38	-317.770,94	764.972,44	-0,88%	2,14%	0,89%	3,77%	56,77%	1,42%
Junho	35.539.283,38	289.748,73	559.553,76	35.227.936,54	-41.541,81	723.430,63	-0,12%	2,02%	1,75%	5,59%	36,15%	1,64%
Julho	35.227.936,54	289.842,24	630.543,47	35.317.323,59	430.088,28	1.153.518,91	1,22%	3,27%	0,84%	6,48%	50,42%	0,85%
Agosto	35.317.323,59	350.577,29	618.479,25	35.062.070,28	12.648,65	1.166.167,56	0,04%	3,30%	0,44%	6,95%	47,53%	1,21%
Setembro	35.062.070,28	387.332,74	568.164,67	35.027.635,77	146.397,42	1.312.564,98	0,42%	3,73%	0,92%	7,93%	47,06%	0,87%
Outubro	35.027.635,77	472.152,06	536.795,31	35.780.767,59	817.775,07	2.130.340,05	2,33%	6,16%	0,96%	8,97%	68,60%	1,31%
Novembro	35.780.767,59	374.389,02	575.419,24	35.834.563,54	254.826,17	2.385.166,22	0,71%	6,91%	0,25%	9,25%	74,74%	0,71%
Dezembro	35.834.563,54	9.922.444,09	10.136.178,43	35.960.953,34	340.124,14	2.725.290,36	0,95%	7,93%	0,61%	9,92%	79,91%	0,76%

Em 2018, o padrão não foi muito diferente dos últimos anos em termos de disposição de ativos no portfólio. No entanto, os gestores optaram por elevar o conservadorismo, já que o mercado financeiro, àquela época ainda estava muito volátil. Os fundos cujas carteiras são atreladas aos títulos de curto e curtíssimos prazos foram destaques no portfólio, com 74% do patrimônio líquido do INSTITUTO, distribuídos em IRF-M1, IRF-M e CDI. O saldo ficou aplicado em fundos IMA-B (prazo médio de vencimento das curvas de juros) e fundos ilíquidos (FII e Crédito Privado). A rentabilidade foi de 7,93%, contra a meta atuarial 9,92%. O Ano de 2018 foi marcado pela paralisação dos caminhoneiros, que impactou fortemente a inflação brasileira.

2019

Mês	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo no Mês	Retorno	Retorno Acum	Retorno Mês	Retorno Acum	Meta Mês	Meta Acum	Gap Acum	VaR
Janeiro	35.960.953,34	406.682,26	669.600,17	36.329.454,05	631.418,62	631.418,62	1,76%	1,76%	0,83%	0,83%	211,13%	1,03%
Fevereiro	36.329.454,05	957.614,49	980.514,17	36.478.731,79	171.977,42	803.396,04	0,47%	2,24%	0,90%	1,73%	129,00%	1,03%
Março	36.478.731,79	4.370.867,42	4.507.104,22	36.516.012,59	173.517,60	976.913,64	0,48%	2,72%	1,19%	2,96%	92,37%	1,97%
Abril	36.516.012,59	623.629,09	784.871,12	36.587.416,93	232.446,37	1.209.360,01	0,64%	3,38%	1,06%	4,04%	83,61%	0,90%
Maior	36.587.416,93	9.382.430,50	9.457.335,46	37.425.652,25	913.140,28	2.122.500,29	2,50%	5,96%	0,64%	4,71%	126,60%	1,62%
Junho	37.425.652,25	3.177.762,30	3.478.890,65	38.292.122,61	1.167.598,71	3.290.099,00	3,12%	9,26%	0,45%	5,16%	178,91%	1,95%
Julho	38.292.122,61	704.143,24	741.596,42	38.828.369,14	573.699,71	3.863.798,71	1,50%	10,90%	0,72%	5,94%	183,53%	1,29%
Agosto	38.828.369,14	6.633.048,87	6.748.024,88	38.443.310,08	-270.083,05	3.593.715,66	-0,70%	10,13%	0,62%	6,60%	153,54%	2,58%
Setembro	38.443.310,08	81.197.392,23	81.485.321,23	39.360.658,09	1.185.277,01	4.778.992,67	3,08%	13,52%	0,45%	7,07%	191,22%	2,23%
Outubro	39.360.658,09	79.305.310,88	79.353.743,40	40.878.189,08	1.565.963,51	6.344.956,18	3,99%	18,04%	0,63%	7,75%	232,74%	2,46%
Novembro	40.878.189,08	66.561.739,95	66.704.656,16	40.348.586,43	-386.686,44	5.958.269,74	-0,95%	16,92%	0,98%	8,80%	192,26%	2,27%
Dezembro	40.348.586,43	99.447.921,23	99.207.544,41	41.708.996,45	1.120.032,20	7.078.301,94	2,78%	20,15%	1,64%	10,59%	190,28%	3,36%

Em 2019, o padrão permaneceu igual ao dos últimos anos em termos de disposição de ativos no portfólio. Os gestores mantiveram o conservadorismo. Os fundos cujas carteiras são atreladas aos títulos de curto a longuíssimos prazos foram destaques no portfólio, com quase 100% do patrimônio líquido do PREVICOB, distribuídos em IRF-M1, IRF-M e CDI, IMA-B, etc. A rentabilidade auferida foi de 20,15%. Já a Meta Atuarial, em igual período atingiu 10,59%, o PREVICOB, alcançou, portanto 190,28% da meta estabelecida.

Desempenho dos Investimentos nos Últimos Cinco Anos

A carteira de investimentos do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE CONCEIÇÃO DA BARRA – PREVICOB se mostra pulverizada com aplicações em diversos fundos de investimentos que aplicam em títulos públicos de vários vértices, principalmente os de médio, longo e longuíssimos prazos, representados pelos subíndices da família IMA.

Embora não seja o suficiente para garantir a não ocorrência de perdas, investir em ativos que reagem de forma equânime ao mesmo evento certamente pode elevar o risco ao investir, no entanto, aqui estamos aplicados no risco soberano, e com as sucessivas quedas na taxa básica de juros, a SELIC, o resultado foi surpreendente, em todos os períodos analisados, com destaque para os anos 2019 e 2020.

Além de todos os pontos abordados no relatório no tocante a investimentos, é possível demonstrar o ranking do desempenho das aplicações financeiras comparado com outros RPPS brasileiros de vários portes, aproximadamente 600 usuários da mesma ferramenta utilizada no Instituto, observa-se, na tabela abaixo que o PREVICOB conseguiu aplicar de maneira mais eficiente à gestão da carteira no exercício 2020, similar ao ocorrido em 2019, uma vez que conseguiu auferir retorno na carteira, apenas em 2020, maior que a somatória dos resultados obtidos nos dois anos anteriores (2017 e 2018). Verifica-se, também uma mudança consistente no posicionamento no ranking, onde ocorre uma evolução para melhor, partindo em 2017 da posição 327, para a 6ª colocação em 2019 e **2º colocado geral em 2020**.

<i>Ano</i>	<i>Meta</i>	<i>Retorno</i>	<i>Ranking</i>
2017	8,10%	11,00%	327º
2018	9,90%	7,90%	281º
2019	10,59%	20,15%	6º
2020	10,65%	21,57%	2º
AVALIADOS =====>			608

É possível evidenciar, assim como em 2019, que a rentabilidade tenha praticamente dobrado a meta prevista nos dois exercícios, verifica-se que houve melhoria no

posicionamento do ranking em relação ao ano anterior. Sabe-se que o cenário econômico de 2021 mostrou-se bastante instável, tornando assim, árdua a missão de bater meta atuarial para todos RPPS do país, principalmente para àqueles que mantêm as suas carteiras de investimentos posicionadas quase que exclusivamente em renda fixa.

O resultado dos retornos de captação financeira acumulado nos últimos 4 anos foi na ordem de R\$ 22,284,027,17, sendo 16,44% do valor em 2017, 12,23% em 2018, 31,76% em 2019 e a maior parte do resultado de 39,57% em 2020. Importante salientar que este resultado considera apenas a rentabilidade dos investimentos, excluindo as aplicações e resgates no período.

<i>Ano</i>	<i>Valor</i>	<i>%</i>
2017	R\$3.662.606,58	16,44%
2018	R\$2.725.290,36	12,23%
2019	R\$7.078.301,94	31,76%
2020	R\$8.817.828,29	39,57%
TOTAL	R\$22.284.027,17	100%

Ainda, em se tratando do cenário atual e para o próximo exercício (2022), o Comitê de Investimentos deverá buscar a diversificação, mesmo em títulos públicos, que possa proporcionar a busca por maiores prêmios no curto prazo ou ainda a conservação da posição, não comprometendo a liquidez da carteira de investimentos em honrar seus compromissos.

Além disso, se tratando do risco de mercado, o Comitê de Investimentos sempre buscará a cautela e acompanhamento a respeito da sugestão da Consultoria contratada e dos diversos meios de obtenção das informações acerca do mercado financeiro, buscando a melhor saída para o retorno das aplicações, em um contexto favorável ao desinvestimento.

A carteira de investimentos do INSTITUTO se mostra pulverizada com aplicações em diversos fundos de investimentos que aplicam em títulos públicos de vários vértices, principalmente os de médio, longo e longuíssimos prazos, representados pelos subíndices da família IMA. Sendo a pulverização uma técnica que permite reduzir os riscos através da alocação em fundos de investimentos de vários vértices e ativos, principalmente os de crédito, tornando-se uma importante ferramenta para maximizar o retorno correndo menos riscos.

Assim como a diversificação dos ativos que compõe a carteira de investimentos é de suma importância, e, a compreensão da necessidade da diversificação dos prestadores de serviços ligados aos fundos de investimentos, as instituições financeiras (as que exercem a função de Administração, Gestão e Custódia dos fundos de investimentos).

Este tipo de diversificação minimiza os riscos dos ativos quanto a possíveis imprudências de gestão e/ou administração.

Embora não seja o suficiente para garantir a não ocorrência de perdas, investir em ativos que reagem de forma equânime ao mesmo evento certamente pode elevar o risco ao investir, no entanto, aqui estamos aplicados no risco soberano, e com as sucessivas altas na taxa básica de juros, a SELIC, durante o ano (saindo de 2% ao ano para 9,25% ao ano), o resultado foi aquém do esperado.

Ademais, o Comitê de Investimentos sempre buscará a cautela e acompanhamento a respeito da sugestão da Consultoria contratada e dos diversos meios de obtenção das informações acerca do mercado financeiro, buscando a melhor saída para o retorno das aplicações, em um contexto favorável ao desinvestimento.

DA GESTÃO ATUARIAL

Apresentação

A Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios Previdenciários de Regime Próprio de Previdência Social do Município de Conceição da Barra, além de ser uma exigência legal, prevista na Lei nº. 2.499/2005, na Portaria MPS nº. 403/2008 e na Portaria 464/2018, é essencial para a organização e revisão dos planos de custeio e de benefícios, no sentido de manter ou atingir o equilíbrio financeiro e atuarial.

Base de Dados e Estatísticas

As bases de dados apresentadas pelos órgãos responsáveis da administração do Município e pelo próprio RPPS do Município de Conceição da Barra possuem qualidade satisfatória para a realização do cálculo atuarial, sendo que algumas informações foram estimadas dentro dos princípios atuariais mais conservadores.

Cabe ressaltar a existência de um grupo de inativos mantido pelo tesouro.

Constituição da massa de servidores dos quatro últimos exercícios:

Constituição	dez/16	dez/17	dez/18	dez/19
Ativos	805	764	749	695
Inativos	165	200	216	246
Inativos - Tesouro	50	48	45	45
Pensionistas	21	27	30	38
Pensionistas - Tesouro	24	24	24	23

Custo Normal

O Custo Normal do Plano corresponde ao somatório dos valores necessários para a formação das reservas para o pagamento de aposentadorias programadas, dos benefícios de risco (pensão por morte de servidores ativos e aposentadoria por invalidez) adicionado à Taxa de Administração. Como o próprio nome diz, os valores do Custo Normal Anual correspondem ao valor que manterá o Plano equilibrado durante um ano, a partir da data da avaliação atuarial.

As alíquotas de contribuição normal em exercício no RPPS do Município de Conceição da Barra, estabelecidas pela Lei Complementar 10/2006 e alterada pela Lei Complementar 23/2011 e pela Lei Complementar 059/2020, se distribui da seguinte forma:

- O produto de arrecadação referente às contribuições de caráter compulsório, dos servidores ativos de qualquer dos Poderes do Município, suas Autarquias e Fundações será 14,00% (quatorze por cento) sobre a remuneração de contribuição; (Alterada pela Lei complementar 059/2020)
- O produto de arrecadação referente às contribuições dos aposentados e pensionistas de qualquer dos Poderes do Município, suas Autarquias e Fundações será de 14,00% (quatorze por cento), incidentes sobre a parcela dos benefícios que ultrapasse o teto do Regime Geral, conforme trata o art. 201 da Constituição Federal; (Alterada pela Lei complementar 059/2020)
- O produto de arrecadação referente a contribuição do Município, suas Autarquias e Fundações corresponderá a 14,55% (quatorze virgula cinquenta e cinco por cento) da totalidade da remuneração de contribuição dos segurados em atividade; (Alterada pela Lei complementar 23/2011)

Patrimônio do Plano

Conforme definições da Portaria nº 464/2018 entende-se por ativos garantidores o montante dos recursos já acumulados pelo RPPS, garantidores dos benefícios previdenciários. Na Avaliação Atuarial referente ao exercício 2022 foi informado o valor de R\$ 45.925.280,40 como o somatório dos bens e direitos vinculados ao Plano, posicionado em 31/12/2021 e, em consonância, com o Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR, relativo ao mês de dezembro do exercício anterior ao da realização da avaliação atuarial.

Somando-se aos ativos garantidores do RPPS, considerou-se o total dos saldos devedores dos Termos de Parcelamentos celebrados entre a Prefeitura Municipal de Conceição da Barra e o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de

Conceição da Barra, posicionados em 31/12/2021, equivalente ao montante de R\$ 4.559.228,57.

Dando o total de R\$ 50.484.568,97 de patrimônio do plano.

O referido patrimônio será comparado às provisões matemáticas para se apurar o resultado técnico do Plano. Entende-se por provisão matemática o montante calculado atuarialmente, em determinada data, que expressa, em valor presente, o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos do plano de benefícios ao longo do tempo, considerando também as contribuições futuras.

Nos 4 (quatro) últimos exercícios foi possível observar um crescimento do Patrimônio do Plano como era esperado devido ao acúmulo de bens e recursos:



O Crescimento percentual do Patrimônio nos 4 (quatro) últimos exercícios se mantiveram entre 3% (três por cento) e 14% (onze por cento), de forma crescente:

Ano	Patrimônio	Aumento (%)
2016	32.942.311,22	-
2017	33.842.915,78	3%
2018	35.595.233,96	5%
2019	40.074.605,67	13%
2020	45.721.032,10	14%

Despesas do Plano

O RPPS tem a previsão de conceder os benefícios previstos pelo Regime Geral e de acordo com a Lei nº 9.717/1998 e Lei nº 10.887/2004.

São abrangidos:

- Aos Servidores:

Aposentadoria por Invalidez;

Aposentadoria Compulsória;

Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição;

Aposentadoria por Idade;

Aposentadoria Especial do Professor

Salário-Família;

Salário-Maternidade;

Auxílio-Doença;

Auxílio-Reclusão;

- Aos Dependentes:

Pensão por Morte;

Apresentamos a seguir os valores para todas as despesas do plano, dos três últimos exercícios, com base nas informações disponibilizadas pelo RPPS:

DESPESAS COM BENEFÍCIOS			
	dez/17	dez/18	dez/19
AUXÍLIO DOENÇA	R\$ 156.747,98	R\$ 213.108,62	R\$ -
SALÁRIO MATERNIDADE	R\$ 48.484,17	R\$ 43.288,28	R\$ -
AUXÍLIO RECLUSÃO	R\$ 9.146,68	R\$ 21.378,26	R\$ -
SALÁRIO FAMÍLIA	R\$ 151,53	R\$ -	R\$ -
FOLHA ANUAL ATIVOS	R\$ 20.812.438,12	R\$ 18.234.147,68	R\$ 14.324.618,10
FOLHA ANUAL INATIVOS	R\$ 5.649.791,71	R\$ 5.245.825,72	R\$ 6.603.439,83
FOLHA ANUAL PENSIONISTA	R\$ 679.329,17	R\$ 885.281,72	R\$ 457.869,10

As folhas anuais de ativos, inativos e pensionistas são referentes a valores de contribuição dos servidores.

A seguir os valores referentes a remuneração bruta e outras despesas referentes aos servidores do município:

2016	Ativos	Inativos	Pensionistas	Doença	Maternidade	Familia	Reclusão
Jan	R\$ 1.844.587,21	R\$ 356.229,57	R\$ 57.896,60	R\$ 12.656,12	R\$ 2.627,37	R\$ -	R\$ 900,81
Fev	R\$ 1.520.101,57	R\$ 348.175,71	R\$ 55.796,47	R\$ 10.704,12	R\$ 5.312,00	R\$ -	R\$ 900,81
Mar	R\$ 1.627.507,94	R\$ 329.842,85	R\$ 53.243,48	R\$ 18.585,66	R\$ 5.268,15	R\$ -	R\$ 900,81
Abr	R\$ 1.576.434,68	R\$ 334.656,99	R\$ 52.871,92	R\$ 33.368,67	R\$ 7.249,11	R\$ -	R\$ 900,81
Mai	R\$ 1.586.400,77	R\$ 339.806,92	R\$ 52.871,92	R\$ 29.820,34	R\$ 7.351,50	R\$ -	R\$ 900,81
Jun	R\$ 1.580.003,24	R\$ 345.018,95	R\$ 68.207,26	R\$ 27.969,08	R\$ 3.200,28	R\$ -	R\$ 900,81
Jul	R\$ 1.523.557,18	R\$ 356.471,40	R\$ 62.166,42	R\$ 18.121,90	R\$ 4.714,75	R\$ -	R\$ 900,81
Ago	R\$ 1.500.693,79	R\$ 356.471,40	R\$ 59.377,94	R\$ 20.040,21	R\$ 2.510,98	R\$ -	R\$ 900,81
Set	R\$ 1.549.852,32	R\$ 365.325,21	R\$ 59.377,94	R\$ 19.452,95	R\$ -	R\$ 2.469,30	R\$ 900,81
Out	R\$ 1.575.512,76	R\$ 432.744,56	R\$ 57.753,98	R\$ 14.829,05	R\$ 3.633,85	R\$ -	R\$ 900,81
Nov	R\$ 1.538.078,35	R\$ 388.294,95	R\$ 59.014,26	R\$ 15.583,84	R\$ 2.396,31	R\$ -	R\$ 900,81
Dez	R\$ 1.523.756,88	R\$ 403.829,50	R\$ 52.194,82	R\$ 15.388,89	R\$ 2.396,31	R\$ -	R\$ 900,81

2017	Ativos	Inativos	Pensionistas	Doença	Maternidade	Familia	Reclusão
Jan	R\$ 1.875.550,48	R\$ 325.982,11	R\$ 20.865,61	R\$ 9.260,26	R\$ 1.740,81	R\$ 58,32	R\$ 957,21
Fev	R\$ 1.639.990,87	R\$ 342.759,45	R\$ 21.200,95	R\$ 9.744,61	R\$ 1.310,69	R\$ 93,21	R\$ 957,21
Mar	R\$ 1.647.457,82	R\$ 342.528,06	R\$ 21.052,71	R\$ 15.890,49	R\$ 1.022,56	R\$ -	R\$ 957,21
Abr	R\$ 1.648.638,66	R\$ 351.984,12	R\$ 21.052,71	R\$ 13.872,20	R\$ 1.940,82	R\$ -	R\$ 957,21
Mai	R\$ 1.645.802,17	R\$ 356.741,05	R\$ 62.422,20	R\$ 13.648,40	R\$ 3.339,01	R\$ -	R\$ 850,86
Jun	R\$ 1.675.730,39	R\$ 353.867,98	R\$ 64.461,44	R\$ 10.083,84	R\$ 7.059,52	R\$ -	R\$ 638,14
Jul	R\$ 1.581.780,17	R\$ 510.842,39	R\$ 62.969,90	R\$ 12.804,99	R\$ 7.930,89	R\$ -	R\$ 638,14
Ago	R\$ 1.522.583,75	R\$ 508.334,32	R\$ 67.033,87	R\$ 10.316,02	R\$ 6.018,87	R\$ -	R\$ 638,14
Set	R\$ 1.588.180,92	R\$ 525.503,38	R\$ 69.282,11	R\$ 17.679,75	R\$ 7.826,15	R\$ -	R\$ 638,14
Out	R\$ 1.590.713,82	R\$ 541.372,67	R\$ 71.215,35	R\$ 16.457,01	R\$ 4.011,22	R\$ -	R\$ 638,14
Nov	R\$ 1.586.882,51	R\$ 523.391,91	R\$ 70.728,01	R\$ 11.274,67	R\$ 2.599,48	R\$ -	R\$ 638,14
Dez	R\$ 2.809.126,56	R\$ 966.484,27	R\$ 127.044,31	R\$ 15.715,74	R\$ 3.684,15	R\$ -	R\$ 638,14

2018	Ativos	Inativos	Pensionistas	Doença	Maternidade	Familia	Reclusão
Jan	R\$ 1.753.746,59	R\$ 564.088,65	R\$ 68.648,27	R\$ 12.623,44	R\$ 3.692,02	R\$ -	R\$ 638,14
Fev	R\$ 1.599.798,28	R\$ 566.292,06	R\$ 72.275,11	R\$ 14.543,19	R\$ 3.798,34	R\$ -	R\$ 638,14
Mar	R\$ 1.563.047,30	R\$ 550.869,83	R\$ 72.002,34	R\$ 16.589,47	R\$ 6.448,07	R\$ -	R\$ 638,14
Abr	R\$ 1.514.693,01	R\$ 561.575,38	R\$ 76.613,05	R\$ 17.323,26	R\$ 3.964,14	R\$ -	R\$ 638,14
Mai	R\$ 1.539.729,68	R\$ 557.835,26	R\$ 73.860,39	R\$ 15.398,61	R\$ 6.721,19	R\$ -	R\$ 638,14
Jun	R\$ 1.529.373,87	R\$ 575.845,02	R\$ 73.629,37	R\$ 16.178,63	R\$ 5.262,04	R\$ -	R\$ 638,14
Jul	R\$ 1.481.674,55	R\$ 576.875,59	R\$ 67.124,20	R\$ 18.499,05	R\$ 4.811,17	R\$ -	R\$ 638,14
Ago	R\$ 1.523.098,38	R\$ 555.383,71	R\$ 71.277,52	R\$ 18.626,94	R\$ 4.716,53	R\$ -	R\$ 1.508,94
Set	R\$ 1.537.368,06	R\$ 570.475,01	R\$ 70.819,36	R\$ 17.626,30	R\$ 2.176,15	R\$ -	R\$ 1.941,05
Out	R\$ 1.480.953,25	R\$ 573.433,07	R\$ 80.844,80	R\$ 22.524,33	R\$ 1.334,63	R\$ -	R\$ 1.941,05
Nov	R\$ 1.576.431,23	R\$ 570.754,20	R\$ 76.946,42	R\$ 23.336,41	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.941,05
Dez	R\$ 2.983.096,90	R\$ 598.596,27	R\$ 81.240,89	R\$ 20.838,99	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.941,05

2019	Ativos	Inativos	Pensionistas	Doença	Maternidade	Família	Reclusão
Jan	R\$ 1.723.573,22	R\$ 612.493,94	R\$ 84.217,32	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Fev	R\$ 1.574.856,58	R\$ 613.312,75	R\$ 74.002,99	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Mar	R\$ 1.640.167,46	R\$ 605.212,53	R\$ 85.852,10	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Abr	R\$ 1.601.616,82	R\$ 618.370,70	R\$ 83.806,63	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Mai	R\$ 1.634.813,96	R\$ 612.711,96	R\$ 80.761,34	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Jun	R\$ 1.677.205,11	R\$ 622.794,26	R\$ 80.637,20	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Jul	R\$ 1.618.040,47	R\$ 620.434,98	R\$ 73.930,99	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Ago	R\$ 1.632.950,48	R\$ 602.820,20	R\$ 78.250,68	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Set	R\$ 1.583.744,03	R\$ 619.780,43	R\$ 76.046,04	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Out	R\$ 1.685.084,54	R\$ 626.335,24	R\$ 78.412,55	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Nov	R\$ 1.708.977,58	R\$ 621.337,26	R\$ 76.151,52	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Dez	R\$ 3.176.843,73	R\$ 742.727,65	R\$ 125.229,37	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

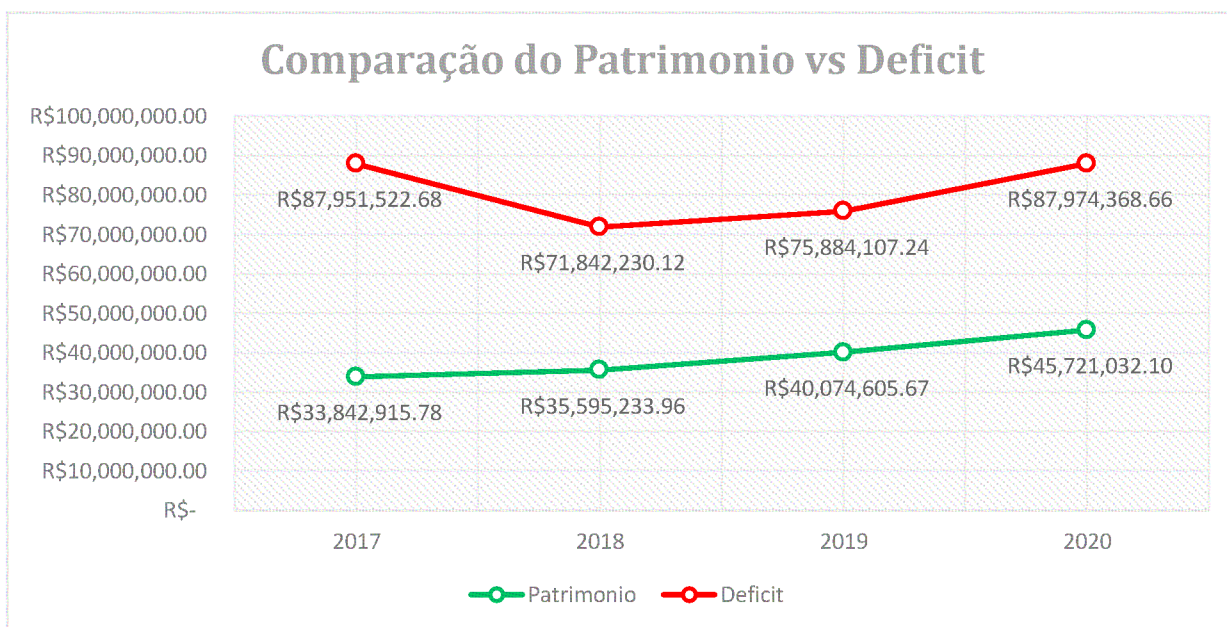
Resultado Atuarial

Através das Reservas Matemática é expresso o Passivo Atuarial que é uma projeção atuarial, representativa da totalidade dos compromissos líquidos do plano para com seus segurados (ativos, aposentados e pensionistas), ou seja, representa a diferença entre benefícios previdenciários futuros e contribuições futuras, trazidos financeiramente à data presente (valor presente) considerando-se uma determinada taxa de juros. A Reserva Matemática é de Benefícios Concedidos quando se refere aos servidores aposentados e pensionistas e de Benefícios a Conceder quando se refere aos servidores ativos. Ao se calcular a diferença entre Ativo Líquido e as Reservas Matemáticas, pode-se avaliar se o Plano é superavitário, resultado positivo, ou deficitário, resultado negativo.

O quadro a seguir apresenta o resultado atuarial dos quatro últimos exercícios, levando em consideração as obrigações e o patrimônio do RPPS

PLANO DE CONTAS RPPS				
EXERCÍCIO	2017	2018	2019	2020
Reserva Matemáticas de Benefícios a Conceder	R\$ 50.958.402,25	R\$ 39.042.568,03	R\$ 43.299.874,03	R\$ 78.634.984,07
Reserva Matemáticas de Benefícios a Concedidos	R\$ 70.836.036,21	R\$ 68.394.896,05	R\$ 72.658.838,88	R\$ 55.060.416,69
Patrimônio	R\$ 33.842.915,78	R\$ 35.595.233,96	R\$ 40.074.605,67	R\$ 45.721.032,10
DEFICIT ATUARIAL	R\$ 87.951.522,68	R\$ 71.842.230,12	R\$ 75.884.107,24	R\$ 87.974.368,66

PLANO DE CONTAS MANTIDOS PELO TESOIRO				
EXERCÍCIO	2017	2018	2019	2020
Reserva Matemáticas de Benefícios a Conceder	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Reserva Matemáticas de Benefícios a Concedidos	R\$ 26.386.485,52	R\$ 9.742.935,33	R\$ 11.634.316,22	R\$ 8.975.879,02
Patrimônio	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
DEFICIT ATUARIAL	R\$ 26.386.485,52	R\$ 9.742.935,33	R\$ 11.634.316,22	R\$ 8.975.879,02



Equacionamento do Déficit - Custo Suplementar

Conforme Portaria MF Nº 464/18 a Avaliação Atuarial indicará o plano de custeio necessário, a partir de sua realização, para a cobertura do custo normal e do custo suplementar do plano de benefícios do RPPS.

No caso do Município de Conceição da Barra o equacionamento do déficit se dá por meio de um Custo Suplementar por Aportes Financeiros. O referido Custo parte de um Aporte Mensal no valor de R\$ 563.170,41 (quinhentos e sessenta e três mil, cento e setenta reais e quarenta e um centavos), com prazo de amortização de 33 anos.

Para amortizar o passivo atuarial de R\$ 125.707.680,78 (cento e vinte e cinco milhões, setecentos e sete mil, seiscentos e oitenta reais e setenta e oito centavos).

Segue o plano de amortização completo adotado pelo Município de Conceição da Barra ao longo do período de 2022 até 2054:

PLANO DE AMORTIZAÇÃO POR APORTE FINANCEIRO			
Ano	Aporte Mensal	Ano	Aporte Mensal
2022	R\$ 563.170,41	2033	R\$ 667.606,93
2023	R\$ 605.128,01	2034	R\$ 667.606,93
2024	R\$ 667.606,93	2035	R\$ 667.606,93
2025	R\$ 667.606,93	2036	R\$ 667.606,93
2026	R\$ 667.606,93	2037	R\$ 667.606,93
2027	R\$ 667.606,93	2038	R\$ 667.606,93
2028	R\$ 667.606,93	2039	R\$ 667.606,93
2029	R\$ 667.606,93	2040	R\$ 667.606,93
2030	R\$ 667.606,93	2041	R\$ 667.606,93
2031	R\$ 667.606,93	2042	R\$ 667.606,93
2032	R\$ 667.606,93	2043 até 2054	R\$ 667.606,93

Este déficit corresponde ao passivo referente ao custo do tempo de serviço passado de uma massa de servidores, até mesmo antes da criação do RPPS sem a devida contribuição previdenciária, e demais insuficiências que ocasionaram déficit no ativo necessário à cobertura das provisões matemáticas.

CONCLUSÃO

O ano de 2020 e 2021 entraram para história mundial em função dos efeitos da pandemia COVID-19, trazendo consigo uma nova realidade comportamental em todas as áreas de nossas vidas, forçando-nos a repensar e reorganizar os trabalhos. A equipe do Previcob uniu forças e parcerias para desenvolvimento das atividades, adaptadas ao novo cenário e, na medida do possível, obteve-se grandes resultados.

No que tange ao regime próprio de previdência municipal, quando bem administrado, é de grande importância para os munícipes e seus servidores, pois agrega valor à economia municipal. O PREVICOB contribui com a expansão, fortalecimento e aperfeiçoamento da previdência dos servidores públicos municipal, e, nos anos 2019 a 2021, deu-se grande importância a um ciclo de gestão responsável focada na aplicação das políticas previdenciárias e suas vantagens tanto para o servidor quanto para o ente federativo.

Em relação ao relatório de gestão, foi produzido com base na peça instrumental de prestação de contas, para atender a disposição na Instrução Normativa nº 43, TCEES, de 05 de dezembro de 2017, que determina o envio de dados e informações, por meio de sistema informatizado, com expressa referência, orçamentária, financeira e patrimonial.

Destaca-se além das ações corriqueiras realizadas em 2021, como: abertura de processos administrativos de aposentadorias, requerimento para benefício de pensão por morte, intimações, notificações, revisões atuárias, mandados judiciais, emissões de atos legais, perícias médicas, solicitações de compras de materiais e/ou serviços,

e, solicitações diversas; imprimiu-se um ritmo diferenciado com o intuito de modernizar e aprimorar a gestão.

Deu-se continuidade na implantação e consolidação de um novo Sistema de Gestão Previdenciária completamente integrado, capaz atender as distintas funcionalidades executadas pelo PREVICOB, como: Cadastro de servidores, Controle de Protocolos de Atendimento, Controle de Arrecadação Previdenciária, Simulação e Concessão de benefícios, Cálculo e Controle de Folha de Pagamento, além disso, pode-se contar com o site, à disposição dos servidores, onde pode-se realizar consultas de dados cadastrais, informe de atendimento, contracheque, contribuição previdenciária individualizada e acompanhamento de protocolo de atendimento.

Manteve-se, ainda, convênio com o ente público para disponibilização e efetiva implantação do Sistema Integrado de Contabilidade Pública, em exigência a determinações constantes da LRF, gerando assim, uma economia considerável de, pelo menos, R\$ 100 mil reais anuais em taxa de administração no caixa do Instituto e, sem falar da maior sinergia e celeridade na realização das tarefas e respostas aos órgãos de controle.

Registra-se a manutenção da arrecadação de compensação previdenciária iniciada no PREVICOB a partir do ano de 2019 e grandes avanços na profissionalização e ampliação dos conhecimentos da equipe do COMPREV, resultado em maior celeridade nas análises de diligências processuais e inclusão de mais processos na fila de compensação, aumentando a expectativa de arrecadação de recursos exclusivamente COMPREV para R\$ 16,3 milhões.

Houve uma estabilização patrimonial, no exercício de 2021, frente à realidade recente de forte crise econômica vivenciada não só pelo PREVICOB, mas no Brasil e no mundo; com um histórico do Instituto bem próximo de congelamento do patrimônio líquido financeiro na casa de R\$ 35 milhões até o ano de 2018, ou seja, captou-se no mercado financeiro nos últimos três anos, mesmo com as sucessivas crises, aproximadamente 12 milhões, promovendo a elevação das disponibilidades financeiras para um valor próximo a R\$ 47 milhões.

Além da rentabilidade expressiva, nos últimos anos, outro fato relevante na promoção de melhoria na evolução patrimonial deu-se pela retomada do Plano de Amortização Atuarial, aprovado em meados de 2018 pela Lei Complementar Municipal 48/2018, e atualizado em 2019 através da Lei Complementar Municipal 54/2019, que, também, incluiu no seu bojo a reformulação do Plano de Custeio dando nova redação ao Art. 41 da LC 10/2006.

Investiu-se no decorrer de 2021, em treinamentos e capacitações dos servidores, em cursos, palestras, seminários e congressos, com destaque aos membros da diretoria executiva, dos conselhos fiscal, administrativo e membros do comitê de investimentos.

Para 2022 foram definidas metas prioritizadas, como: acompanhamento sistemático de todos valores aplicados pelo instituto no mercado financeiro; alimentação do site/PREVICOB de forma frequente e com todas as informações previstas na legislação vigente; informativos diretos através de mensagens “**sms**” e grupos de comunicação por aplicativos específicos levando a prestação de contas e as principais notícias do RPPS aos seus segurados; revisão e criação das leis que disciplinam a concessão dos benefícios de aposentadoria e de pensão por morte, a instituição do Regime complementar de Previdência, conforme exigência da Emenda Constitucional nº 103/2019; rever o quadro de servidores, inclusive com encaminhamento de minuta de projeto de lei para readequação da estrutura

administrativa do instituto; aquisição de imóvel para atender as necessidades do PREVICOB; programa Pró-gestão que visa o reconhecimento das boas práticas de gestão adotadas pelos RPPS e, a realização do projeto de aproximação e valorização de aposentados e pensionistas segurados pelo PREVICOB.

Conceição da Barra/ES, 30 de março de 2022.

Alex da Silva Moura

Diretor Presidente

Fabício Siquara Gonçalves

Diretor Administrativo Financeiro

Paulo Cezar Alves de Oliveira

Procurador Jurídico